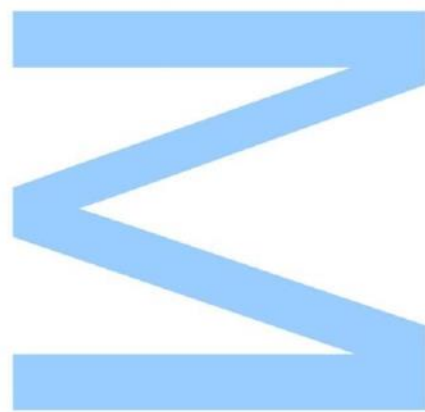


# Expansão do Corredor Verde Oriental de Lisboa: Quinta da Montanha



Elsa da Silva Lima

Mestrado em Arquitetura Paisagista,  
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território  
2016

## **Orientador**

Carla Gonçalves, Assistente convidada, Faculdade de Ciências da  
Universidade do Porto

## **Coorientador**

João Rocha e Castro, Arquiteto Paisagista,  
Câmara Municipal de Lisboa





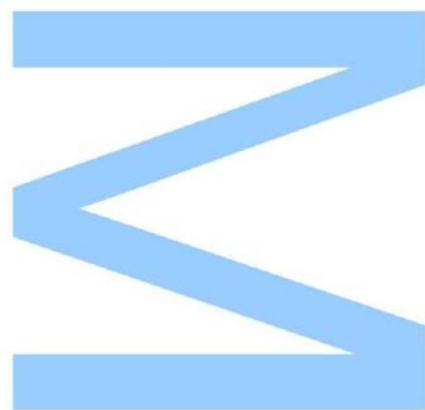




Todas as correções determinadas  
pelo júri, e só essas, foram efetuadas.

O Presidente do Júri,

Porto, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





## Resumo

---

As cidades foram outrora espaços recheados com manchas verdes de vegetação, onde era claro o contraste do verde, em relação ao cinza das escassas construções. Com a evolução das sociedades e com o aumento da urbanização, os espaços verdes foram substituídos por massivas construções. O crescimento urbano das cidades tem ocorrido, por vezes, de forma desordenada e descontrolada, contribuindo para a diminuição de espaços verdes de uso público tão necessários para o bem-estar da população.

Os corredores verdes constituem um sistema de promoção dos elementos naturais na paisagem urbana, visando a sustentabilidade e a qualidade de vida, devendo ser implementados, sempre que possível.

Em Lisboa têm-se notado essa preocupação, uma vez que as entidades gestoras responsáveis pelo desenvolvimento e ordenamento da cidade têm aplicado propostas e medidas, para desenvolver corredores verdes.

O tema deste relatório de estágio pretende estudar o desenvolvimento, desde a conceção à operacionalização do corredor verde oriental de Lisboa. Para tal elegeu-se como caso prático a criação do Parque Urbano da Quinta da Montanha, uma vez que este é uma parte estruturante do referido corredor.

O conceito associado a este Parque visa a sua articulação com os espaços verdes existentes na envolvente e a criação de um parque urbano, que contenha espaços de recreio e lazer ativo e passivo, multifuncionais e de elevada qualidade.

**Palavras-chave:** Corredor Verde, Corredor Oriental de Lisboa, Parque Urbano, Quinta da Montanha

## Abstract

---

Once before, cities were spaces filled with patches of green vegetation, where the green contrast was clearer in relation to the grey of the scarce buildings. With the evolution of societies and by consequence the increase of urbanization, our green spaces were replaced by massive constructions. The urban growth of the cities has been occurring, in most part, in a disorderly and uncontrolled way suffering the loss of green spaces for public use which are equally necessary for the well-being of the population.

Green corridors constitute a promotion system of the natural elements in the urban landscape. Aiming for sustainability and quality of life, it should be implemented, whenever possible in several cities around the world.

This concern has been observed in Lisbon and the entities responsible for the developing and land planning of the city have been applying proposals and policies to perform the conception and development of several corridors at the Portuguese capital.

The topic of this internship report intends to study the development, from its conception to its operationalization, of Lisbon's oriental green corridor, working with the case study of the creation of the Urban Park of "Quinta da Montanha", since this area is a structuring part of the corridor.

Therefore, the concept associated with this park is aimed at its articulation with the existing green spaces surrounding. The creation of an urban park, which contains, zones for active informal recreation, multi-functional and high quality.

**Keywords:** Green infrastructure, Lisbon, Public space, Urban park, Quinta da Montanha

## Agradecimentos

---

“ O que dá o verdadeiro sentido ao encontro é a busca, e é preciso andar muito para se alcançar o que está perto “.

(José Saramago, 1997)

O espaço limitado desta secção de agradecimentos, não me permite regradar a todos os que me prestaram sustento ao longo deste percurso. A realização deste relatório de estágio contou com apoios imprescindíveis aos quais estarei sempre grata. Sem eles, a realização deste não seria possível.

À Professora Carla Gonçalves, pelo seu apoio como orientadora de trabalho, pela sua disponibilidade, prestabilidade, e auxílio para que seguisse sempre o melhor caminho.

Ao Arquitecto João Rocha e Castro, com quem passei este tempo de estágio na Câmara Municipal de Lisboa, por me ter apoiado sempre que necessário e por me ter transmitido o vasto conhecimento que possuí, inspirando-me imenso nesta fase de formação.

À Arquitecta Mónica Farina, pela sua disponibilidade em me auxiliar e ensinar sempre que possível.

A todos os membros da divisão de Gestão e Planeamento de Espaço Verde, por me terem acolhido de uma forma tão carinhosa, sempre amigáveis e com boa disposição.

A todos os meus amigos que estiveram ao meu lado durante esta fase, pelo companheirismo, força e apoio nos momentos mais difíceis. Um agradecimento especial ao João e à Beatriz, que para além de colegas de estágio foram sempre um suporte nos momentos de maior tensão. À Sara por puxar por mim e pela força que sempre me deu para que acreditasse em mim.

Ao Nel, à Rora e ao Mimes, por serem o maior pilar da minha vida, modelos de coragem e apoio incondicional, um agradecimento muito muito especial.

Obrigada a todos.

## Índice

<b>Resumo</b>	<b>I</b>
<b>Abstract</b>	<b>II</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>III</b>
<b>Índice de Figuras</b>	<b>IV</b>
<b>Abreviaturas</b>	<b>V</b>
<b>Contextualização</b>	<b>VI</b>
<b>Índice</b>	<b>VII</b>
<b>I. Introdução</b>	<b>1</b>
1.1. Apresentação do tema	1
1.2. Problemática e objetivos	1
1.3. Metodologia	2
1.4. Estrutura do Relatório	4
<b>II. O papel dos Corredores Verdes na Cidade</b>	<b>4</b>
2.1. Processo de Urbanização e suas consequências	4
<b>III. Corredores Verdes na Cidade de Lisboa</b>	<b>8</b>
3.1. O Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	8
3.2. O Plano Diretor Municipal de Lisboa	10
3.3. Análise do Plano Estratégico para o Espaço Público de Lisboa	14
3.4. Corredor Verde Oriental	17
<b>IV. Proposta para a Expansão do Corredor Verde Oriental: Quinta da Montanha</b>	<b>23</b>
4.1. Enquadramento	23
4.2. A Quinta da Montanha	24
4.3. Proposta	27
4.4. Reflexão crítica da proposta para a Quinta da Montanha	29
<b>V. Considerações finais</b>	<b>VIII</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>IX</b>
<b>Anexos</b>	<b>X</b>
• Anexo 1 – Trabalhos e tarefas desenvolvidas no Estágio	XI
• Anexo 2 - Plano Geral – Proposta CML	XII
• Anexo 3 - Plano de Plantação (1ª fase)	XIII

- Anexo 4 – Plano de Plantação (2ªfase).....XIV
- Anexo 5 – Plano Geral após reflexão crítica.....XV

## Índice de Figuras

Fig.1 – Desenho ilustrativo	
Fig.2 - Esquema representativo da metodologia adotada. ....	3
Fig.3 - Área de intervenção do PROT ALM (Fonte: PROT AML (2002), adaptado Lima 2016). ....	9
Fig.4 - Planta de Estrutura Ecológica Municipal. (Fonte: PDM – Lisboa 2012).....	11
Fig.5 - Planta de Qualificação do Espaço Urbano (Fonte: PDM – Lisboa 2012).....	12
Fig.6 - Planta de Classificação do Espaço Público (Fonte: PEEPL – Lisboa 2007).....	16
Fig.7 - Sistema de Corredores do Município de Lisboa. ....	17
Fig.8 - Corredor Verde Oriental em Lisboa. ....	18
Fig.9 - Corredor Verde Oriental.....	18
Fig.10 - Localização do Parque Hortícola de Chelas.....	19
Fig.11 - Localização do Parque Urbano do Vale Fundão .....	19
Fig.12 - Localização do Parque da Quinta das Flores.....	20
Fig.13 - Localização do Corredor ciclo pedonal .....	20
Fig.14 - Localização do Parque da Belavista. ....	21
Fig.15 - Planta de Classificação do Espaço Público à escala da zona Oriental do Município (Fonte: PEEPL (2012), adaptado Lima 2016). ....	22
Fig.16 - Esquema explicativo que afirma a importância da Quinta da Montanha no corredor verde oriental.....	23
Fig.17 - Localização da Quinta da Montanha na Freguesia de Marvila e em Portugal Continental. ....	24
Fig.18 - Plano Geral da Proposta da CML para a Quinta da Montanha. ....	27
Fig.19 - Diagrama ilustrativo que representa a área de recreio infantil.....	29
Fig.20 - Plano Geral da Proposta pessoal realizada após uma reflexão crítica. ....	30
Fig.21 - Corte explicativo da zona da praça principal .....	31
Fig.22 - Diagrama explicativo dos percursos do parque da proposta da CML.....	32
Fig.23 - Diagrama explicativo dos percursos do parque da proposta pessoal.....	32
Fig.24 - Diagrama explicativo da criação de certas zonas no Parque. ....	33
Fig.25 - Corte explicativo da zona da clareira. ....	34
Fig.26 – Diagrama que ilustra o aumento da vegetação junto à praça principal (proposta pessoal após reflexão crítica) relativamente à proposta da CML. ....	34



Fig.27 – Recanto do parque - Proposta. ....	35
Fig.28 - Recanto do parque (com zona de equipamentos fitness) – Proposta após reflexão crítica .....	35

## Abreviaturas

---

AML – Área Metropolitana de Lisboa;

CML - Câmara Municipal de Lisboa;

DEP - Divisão de Estudos e Projetos;

DMEVAE - Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia;

GPEV - Direção Municipal de Gestão e Planeamento de Espaços Verdes;

PDML - Plano Diretor Municipal de Lisboa;

PEV - Plano de Espaço Verde;

PEEPL - Plano Estratégico para o Espaço Público de Lisboa;

PROT AML - Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa;

UOPG - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão;

## Contextualização

---

O presente relatório de estágio é elaborado no âmbito da unidade curricular de Estágio do 2º ano de Mestrado em Arquitetura Paisagista, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

O estágio teve início no dia 1 de Dezembro de 2015 e teve a duração de 7 meses, tendo sido realizado na Câmara Municipal de Lisboa (CML), na Direção Municipal de Gestão e Planeamento de Espaços Verdes (GPEV), divisão de Estudos e Projetos (DEP) sob a orientação do Arquiteto Paisagista João Rocha e Castro, coordenador da referida divisão da CML.

O objetivo deste exercício, para além da experiência de contacto de trabalho na função pública, pretende conhecer o território de Lisboa, de que modo é que está a evoluir aos longos dos tempos, e também o que se pretende para esta porção do território, a nível de ordenamento, estratégias de desenvolvimento para espaços públicos, entre outros.



Fig.1 - Desenho ilustrativo.

*“ A árvore, para além de exprimir os ritmos do tempo e o correr das estações, é o símbolo da vida e como tal exaltada por poetas, sinal de lugares e ambientes”*  
(Telles, 2005)

# I. Introdução

## 1.1. Apresentação do tema

É de conhecimento geral que o mundo em que habitamos tem-se tornado cada vez mais urbano, mais cinzento, e com carência de espaços verdes. As cidades constituem sistemas complexos, onde a ação do homem se tornou cada vez mais significativa. Nestas paisagens, os recursos e processos naturais têm vindo a ser adotados em larga escala, de forma a dar resposta às necessidades de uma sociedade em constante desenvolvimento e transformação. Os corredores verdes constituem um sistema de promoção dos elementos naturais na paisagem urbana, visando a sustentabilidade e a qualidade de vida, devendo ser implementados, sempre que possível, em várias cidades do mundo.

O tema: “Expansão do Corredor Verde Oriental de Lisboa: Quinta da Montanha”, pretende estudar o desenvolvimento, desde a conceção à operacionalização do corredor verde oriental na cidade de Lisboa, trabalhando como caso prático a criação do Parque Urbano da Quinta da Montanha, uma vez que esta área é parte estruturante do referido corredor.

A necessidade de intervir neste local surgiu no âmbito do desenvolvimento do Corredor Verde Oriental e da observação que a área da Quinta da Montanha permite ligar a área das Avenidas Novas (área central) com o Parque de Belavista Sul (área oriental), e com o Casal Vistoso e as Olaias (através da ponte pedonal sobre o caminho da Refer). O projeto para a Quinta da Montanha surge no âmbito do acordo quadro da Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia (DMEVAE) e tem como principal objetivo operacionalizar o Corredor Verde Oriental, através da execução de um parque urbano que contenha espaços de recreio ativo e passivo, multifuncionais e de qualidade.

## 1.2. Problemática e objetivos

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) e o Plano Estratégico para o Espaço Público de Lisboa (PEEPL), ) estabelecem a necessidade de se desenvolver o Corredor Verde Oriental (entre outros), visando por um lado colmatar a falta de

espaços verdes urbanos no município de Lisboa e por outro com o objetivo de se assegurar a articulação da estrutura ecológica a uma escala metropolitana.

O presente trabalho pretende refletir sobre o desenvolvimento do referido corredor verde, tendo como principal propósito a reflexão de: como é que a criação de um espaço verde público em Arquitetura Paisagista, pode funcionar como uma peça estruturante no desenvolvimento de um corredor verde linear. Neste contexto foram identificados um conjunto de objetivos que estruturam o presente trabalho e que de seguida se apresentam.

1. Criação de um espaço verde público, cujo desenho responda às necessidades do local em que o mesmo se insere e dos habitantes que o vivenciarão;
2. Criação de um espaço que contenha ligações com os espaços verdes na sua envolvente, de forma a tornar o corredor verde oriental o mais coeso possível, consolidando a ligação entre os espaços verdes e corredores verdes concelhios;
3. Valorizar e dinamizar o corredor verde oriental através do estabelecimento de atividades de recreio e de proteção e valorização, ativo e passivo, contribuindo para a qualificação da estrutura verde;
4. Atuação no desenho para que espaço seja um lugar acessível a todos e a todas as faixas etárias, promovendo a maior atratividade pública possível;

### 1.3. Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho contempla três fases: Análise, Síntese e Proposta.

A fase de Análise inicia-se com a análise do PDML, do PEEPL e da cidade de Lisboa. Com esta análise pretende-se compreender de que forma é que os referidos documentos legais, preveem o desenvolvimento da estrutura verde para o território de Lisboa e qual o papel do corredor verde oriental na estruturação da mesma. Nesta fase é ainda analisado o território e paisagem envolvente à Quinta da Montanha, com o objetivo de se compreender quais as necessidades em falta, face às áreas envolventes.

Na fase de síntese são identificadas as linhas orientadoras da proposta, que respondem às necessidades que se identificaram na fase anterior.

Por último, na fase de proposta é apresentado o projeto para a Quinta de Montanha, visando a expansão e concretização o corredor verde oriental da cidade de Lisboa.

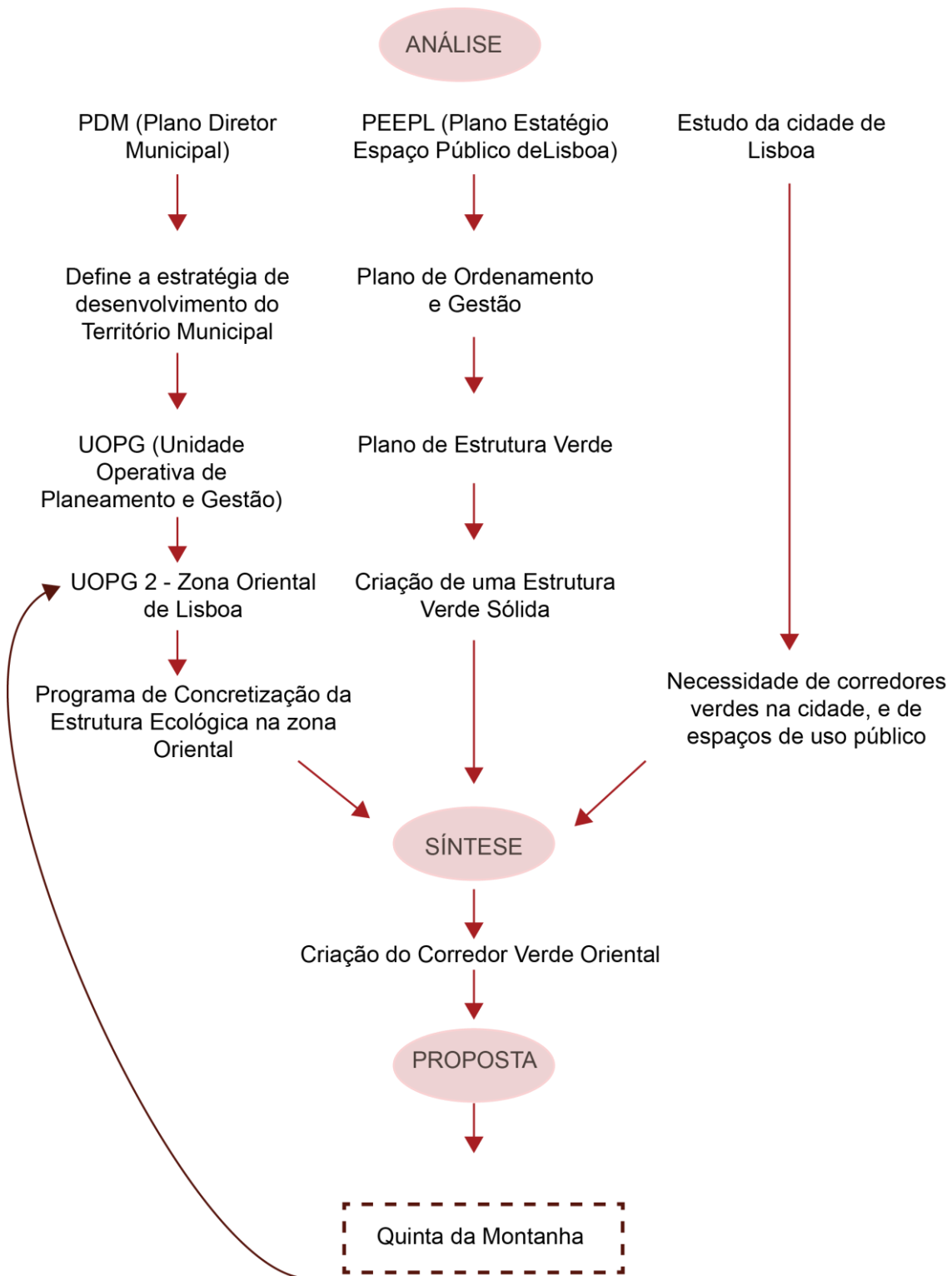


Fig.2 - Esquema representativo da metodologia adotada.

## 1.4. Estrutura do Relatório

Este relatório está estruturado em cinco capítulos. O capítulo I – Introdução, tal como o nome indica, pretende apresentar o tema, a problemática, os objetivos e ainda a metodologia adotada para a realização do presente relatório.

O segundo capítulo – O papel dos corredores verdes na cidade, tem como principal objetivo apresentar o contexto teórico da evolução das cidades nos dias de hoje e a crescente necessidade de criação de corredores verdes para combater e colmatar as falhas geradas pelo desenvolvimento urbano.

O capítulo III – Corredores Verdes na Cidade de Lisboa tenciona compreender o modo como as entidades responsáveis pelo ordenamento e crescimento da cidade de Lisboa atuam, que unidades operam e de que modo são aplicados os objetivos gerais da criação corredor verde oriental da cidade.

O penúltimo capítulo – Proposta para a Expansão do Corredor Verde Oriental: Quinta da Montanha, aborda como caso prático a operacionalização do Parque Urbano da Quinta da Montanha. Neste capítulo é apresentado o conceito do projeto, a proposta para este espaço, bem como uma reflexão crítica face ao projeto desenvolvido durante o estágio na CML.

Por fim, no capítulo V são apresentadas as considerações finais face ao trabalho desenvolvendo, respondendo aos objetivos apresentados no capítulo I.

## II. O papel dos Corredores Verdes na Cidade

### 2.1. Processo de Urbanização e suas consequências

“Um dos marcos mais importantes na história da relação do Homem com a natureza foi a Revolução Industrial, um acontecimento que marcou todo o desenvolvimento urbano e a história da evolução humana, trazendo profundas transformações, a nível social, económico e ecológico. No Século XIX e início do Século XX, surgem várias ideologias e conceitos associados à necessidade de introdução da natureza na cidade, particularmente para melhorar as condições sociais e de higiene.” (Quintas et al (2010)).



Com o decorrer dos anos o mundo em que vivemos tornou-se cada vez mais urbano, resultando em cidades cada vez mais povoadas, provocando uma ameaça para a conservação da biodiversidade de animais, plantas e habitats. “As cidade têm vindo a crescer cada vez mais e em vários níveis, quer a nível de tamanho, quer a nível de aumento da população. São meios de grande atração ao Homem, sendo encaradas como fontes de oportunidades mas, por outro lado, tornaram-se focos de grandes problemas. A qualidade de vida é, assim, uma necessidade e uma prioridade nas políticas de ordenamento e planeamento urbano.” (Quintas et al (2010)). Grandes áreas metropolitanas, como é o caso da cidade de Lisboa, são o exemplo de um crescimento infrene, conduzido pela efetivação de bairros clandestinos, que subsequentemente, e em prole da qualidade de vida aos seus habitantes, foram notoriamente integrados no perímetro urbano.

O processo de urbanização altera os padrões de biodiversidade de locais fragmentando ou até mesmo destruindo as manchas de habitat. Não obstante, a perturbação gera possibilidades para um novo contexto ecológico onde alguns animais e plantas conseguem desenvolver-se subitamente.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, estima-se que em 2030, cerca de 60% da população mundial resida em cidades, podendo este valor atingir os 70% até 2050. O rápido crescimento das cidades tem resultando em dramáticas mudanças, alterando não só a forma urbana das cidades, mas criando uma expectável pressão sobre a paisagem urbana, que na maioria das vezes resulta numa carência de espaços verdes de uso público. Por outro lado, é possível identificar-se um conjunto de espaços vazios, que representam um potencial para a criação de novos espaços verdes públicos.

Especificamente no caso da paisagem urbana, há que reconhecer o papel fundamental da vegetação na cidade. Frequentemente as árvores têm sido reconhecidas como elementos estruturantes e de elevada importância numa cidade, quer pelas suas características ecológicas, estruturais assim como funcionais. Estas também desempenham importantes serviços ambientais, melhorando a qualidade do ar, regulando as condições microclimáticas, a drenagem das águas pluviais e minimizando os níveis de ruído, contribuindo para a saúde e bem-estar da população. “As funções da árvore, mata e sebe viva na paisagem, considerando tanto os espaços rurais e naturais como os espaços urbanos e industriais, ou ocupados por infraestruturas, são as de garantir a presença de vida silvestre, promover a mais conveniente circulação da água e do ar, manter o equilíbrio dos ecossistemas, assegurar a fertilidade dos campos, contrabalançar com a sua presença, o

artificialismo do meio urbano que tanto afeta a saúde psicossomática das populações, e ainda a de valorizar a escala e a proporção dos volumes edificados “ (Telles, 2005).

Os espaços verdes urbanos são ainda a base para o recreio e lazer tão indispensável ao cidadão de hoje em dia, permitindo-lhe revigorar o ânimo, através do sossego e da contemplação da natureza. A vegetação marca a cidade com elementos de textura, cor, movimento e perfume, adverso aos materiais inertes.

Ecologistas, Arquitetos Paisagistas e Urbanistas desempenham um papel fundamental na construção de uma ponte entre as medidas e políticas do conhecimento e práticas, para criar planos de intervenção e de conservação que sejam viáveis em espaços públicos urbanos.

Uma maneira de criar esses espaços estruturantes numa cidade é através da criação de corredores verdes. Porém essa ação inclui uma série de desafios: como criar corredores verdes perante a falta de espaços verdes ou de espaços expectantes? Como conseguir o melhor equilíbrio possível dos corredores verdes na esfera pública, uma vez que existe escassez de recursos públicos para financiá-los? Como integrar os corredores verdes num contexto mais amplo de ordenamento do território?

Desde já é importante reconhecer a diferença entre os conceitos de Estrutura Ecológica e Corredor Verde. “O conceito de estrutura ecológica prende-se com a protecção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. Deverá orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos munícipes” (Ferreira et al, 2010 e Machado et al, 2004). Pode dizer-se que a Estrutura Ecológica pretende afirmar um sistema natural contínuo, que potencie à biodiversidade quer de espécies faunísticas quer florísticas.

“A Estrutura Ecológica de uma cidade é um dos seus elementos mais importantes, devido ao seu múltiplo papel no equilíbrio urbano, propocionando não apenas benefícios ecológicos, como também serviços sociais e económicos. Possui como base os sistemas naturais e áreas verdes existentes em meio urbano. Estas áreas desempenham uma vasta diversidade de funções e devem ser tratadas conjuntamente, numa estrutura coerente, em vez de serem geridas e organizadas de forma isolada. Estas, devem possuir também uma estreita articulação e relação com os outros sistemas antropogénicos do sistema urbano. É essencial que este sistema seja planeado e gerido de forma articulada com os restantes elementos urbanos, de modo a que as funções desempenhadas se possam complementar pelas restantes

estruturas/subsistemas citadinos, conferindo aos urbanitas um melhor ambiente, mais oportunidades e uma maior qualidade de vida.” (Quintas et al (2010)).

Segundo Ferreira et al (2004, c) o “Corredor Verde constitui um sistema contínuo, estabelecendo ligações entre áreas de elevada concentração de recursos ecológicos, paisagísticos e culturais, promovendo a sua proteção e compatibilização com a atividade humana”. Estes conceitos relacionam-se mutuamente, uma vez que os corredores verdes propostos devem ter como base a Estrutura Ecológica. Tanto um como outro têm na sua base, a salvaguarda e proteção das áreas com elevado valor ecológico, paisagístico e cultural. Porém, os Corredores Verdes possuem para além dessa função, um uso social, harmonizando-se com a atividade humana. Deste modo, para além de colaborarem na criação de uma paisagem de qualidade, também fornecem qualidade de vida à população, uma vez que compatibilizam espaços de proteção, produção e recreio.

“As áreas naturais, semi-naturais, áreas verdes e Estrutura Ecológica são elementos de elevada importância nas cidades, devido à multi-funcionalidade que possuem. À medida que as cidades se foram desenvolvendo, ao longo do tempo, estas áreas baseadas no elemento natural foram-se transformando, como resposta às necessidades das várias épocas, contribuindo para suprimir os problemas encontrados e visando o desenvolvimento urbano. Os sistemas urbanos são compostos por outros elementos e outros subsistemas, que exercem papéis semelhantes, devendo ser associados e articulados, funcionando de modo conjugado para a satisfação dessas mesmas funções, de modo a obter mais eficiência.” (Quintas et al (2010)).

Várias são as áreas que devem integrar a Estrutura Ecológica. Estas dividem-se consoante a sua tipologia e função. Devem integrar a Estrutura Ecológica vários tipos de espaço como:

- Espaços destinados ao encontro, reunião e partilha, uma vez que são áreas importantes para a população e bastante frequentadas;
- Espaços verdes públicos de recreio, onde o permeável possui predominância na conceção e utilização do espaço;
- Espaços verdes de uso privado, como jardins e pátios de carácter particular;
- Espaços verdes de produção, normalmente são áreas que se encontram dispersas na malha urbana, onde ainda são cultivados produtos agrícolas, em geral para consumo próprio;

- Espaços verdes associados a equipamentos, estas áreas encontram-se junto e na envolvente de equipamentos, como escolas, hospitais, entre outros;
- Espaços verdes de proteção, que tal como o nome indica, são áreas que possuem como principal função a proteção, quer de elementos naturais, quer de infra-estruturas (como vias rodoviárias).
- Espaços sobranceiros de operações urbanísticas, deixadas ao abandono. Estas áreas possuem um elevado potencial, quer pela elevada biodiversidade que promovem, quer pela possível utilização que poderá vir a ter.

### III. Corredores Verdes na Cidade de Lisboa

---

#### 3.1. O Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

O Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML) é um documento elaborado segundo o novo conceito de Plano, consagrado na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e define as opções estratégicas para o desenvolvimento da AML e a sua tradução espacial, estabelecendo um modelo territorial, identificando os principais sistemas, redes e articulações de nível regional. (PROT AML, aviso nº68/2002, de 8 de abril).

O PROT AML tem quatro grandes objetivos principais: sustentabilidade ambiental, qualificação metropolitana, coesão sócio-territorial e organização do sistema metropolitano de transportes. Foram identificadas cerca de 17 unidades territoriais distintas (Estuário do Tejo, Lisboa Centro Metropolitano, Espaço Metropolitano Poente, Eixo Sacavém Vila Franca de Xira, Arco Ribeirinho Sul, Setúbal-Palmela, Planície Interior Sul, Arco Urbano Envolvente Norte, Espaço de Transição Nascente, Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra, Serra de Sintra, Litoral Atlântico Norte, Interior Norte Agrícola, Carregado / Ota / Azambuja, Nascente Agroflorestal, Lezíria do Tejo e Estuário do Sado), que constituíram a base do modelo territorial e que dele são parte integrante. (PROT AML, aviso nº68/2002, de 8 de abril).

A unidade territorial de Lisboa - Centro Metropolitano corresponde sensivelmente ao concelho de Lisboa, e constitui o centro da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Cerca de 85% desta área é classificada como urbano consolidado, nela se atingindo, em termos globais, as maiores densidades de ocupação da AML.

Pretende-se para esta unidade territorial: promover Lisboa como área central para localização de atividades e desempenho de funções de nível superior com capacidade para servir de motor ao desenvolvimento da AML; Imprimir nova vitalidade e dinamismo ao centro tradicional de Lisboa através da implantação de atividades inovadoras e de qualidade; Revitalizar e requalificar os bairros históricos no sentido de criar condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional e às atividades socialmente diversificadas; Controlar e inverter os processos de degradação física e funcional; Desenvolver ações e projetos integrados nos domínios da habitação, da formação, do emprego e do apoio social; Estruturar o sistema urbano da coroa exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais vizinhas. (PROT AML, aviso nº68/2002, de 8 de abril).



Fig.3 - Área de intervenção do PROT AML (Fonte: PROT AML (2002), adaptado Lima 2016).

### 3.2. O Plano Diretor Municipal de Lisboa

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) é um documento de planeamento estratégico que consagra as linhas de desenvolvimento urbanístico do município e que determina o modelo de organização do espaço e a estratégia de desenvolvimento do território municipal, as regras e parâmetros que se aplicam à ocupação, uso e transformação do solo. (artigo 11º, Aviso nº11622/2012, de 30 de agosto).

O PDML ambiciona a criação de uma cidade sustentável, capaz de trazer oportunidades para tudo e para todos. quer a nível social e económico, quer a nível ambiental.

Segundo a subsecção I, do regulamento do PDML, a Estrutura Ecológica Municipal (constituída pela estrutura ecológica fundamental e pela estrutura ecológica integrada) pretende assegurar o seguimento e complementaridade dos sistemas naturais no território urbano, a sustentabilidade ecológica e física do meio, as funções dos sistemas biológicos, a biodiversidade, o controlo dos escoamentos hídricos e circulação do vento, o conforto bioclimático e a valorização do património paisagístico. (artigo 11º, Aviso nº11622/2012, de 30 de agosto).

A “estrutura ecológica fundamental” determina uma estratégia de reconhecimento e proteção dos sistemas naturais fundamentais que, em junção com a rede ecológica definida à escala metropolitana, demonstra as matrizes do sistema de corredores estruturantes, encontrando-se assinalada na Planta da Estrutura Ecológica Municipal (Figura 4).

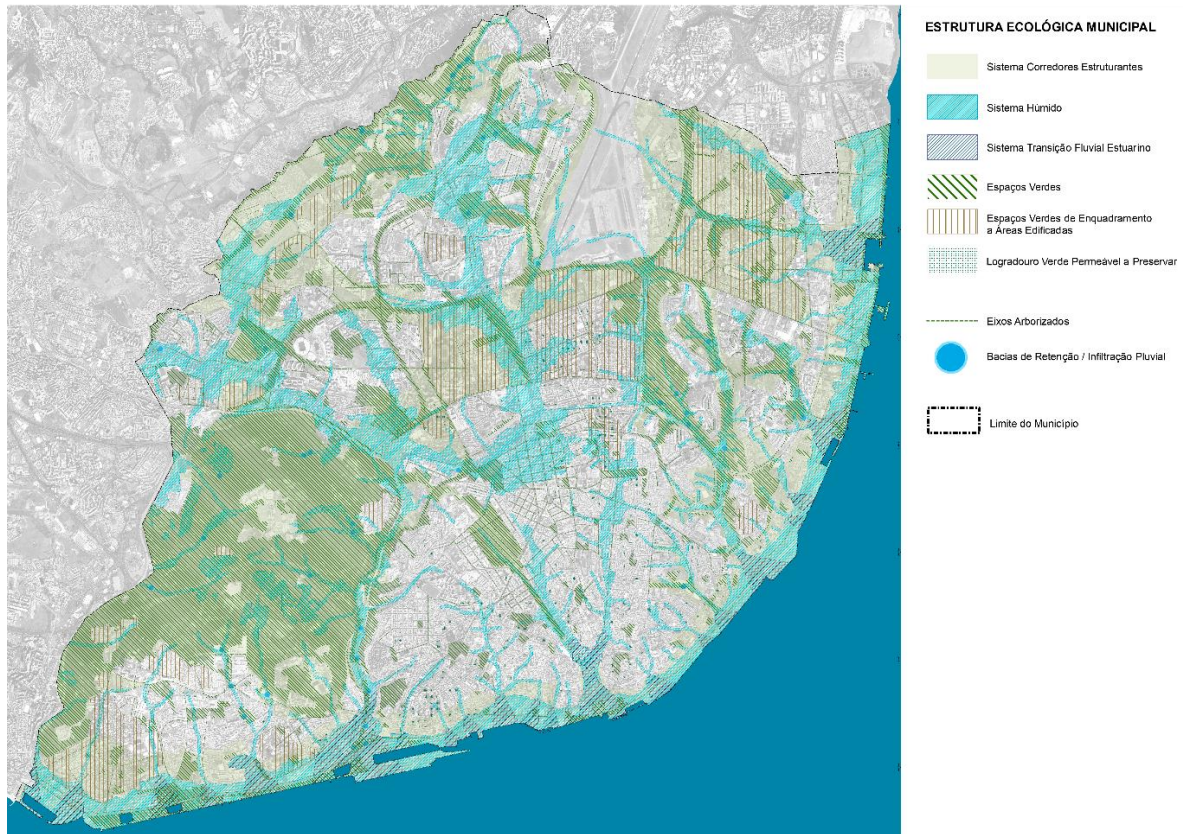


Fig.4 - Planta de Estrutura Ecológica Municipal. (Fonte: PDM – Lisboa 2012).

A “estrutura ecológica integrada” engloba os espaços verdes e os logradouros verdes permeáveis a preservar, assinalados na Planta de Estrutura Ecológica Municipal e na Planta de Qualificação do Espaço Urbano. Esta visa uma articulação entre os sistemas naturais e culturais e a gestão de um ponto de vista sustentável e integrado no território municipal.

Os espaços verdes são espaços que são incorporados na a estrutura ecológica integrada e cujas propriedades naturais, culturais, paisagísticas e urbanísticas devem ser conservadas e valorizadas, a fim de garantir um conjunto de funções de equilíbrio ecológico no meio urbano e o apoio a atividades de recreio e lazer da população. Os espaços verdes consolidados são espaços que incluem a estrutura ecológica municipal integrada, com funções de equilíbrio ecológico e que se subdividem nas seguintes subcategorias, assinaladas na Planta de Qualificação do Espaço Urbano (Figura 5).



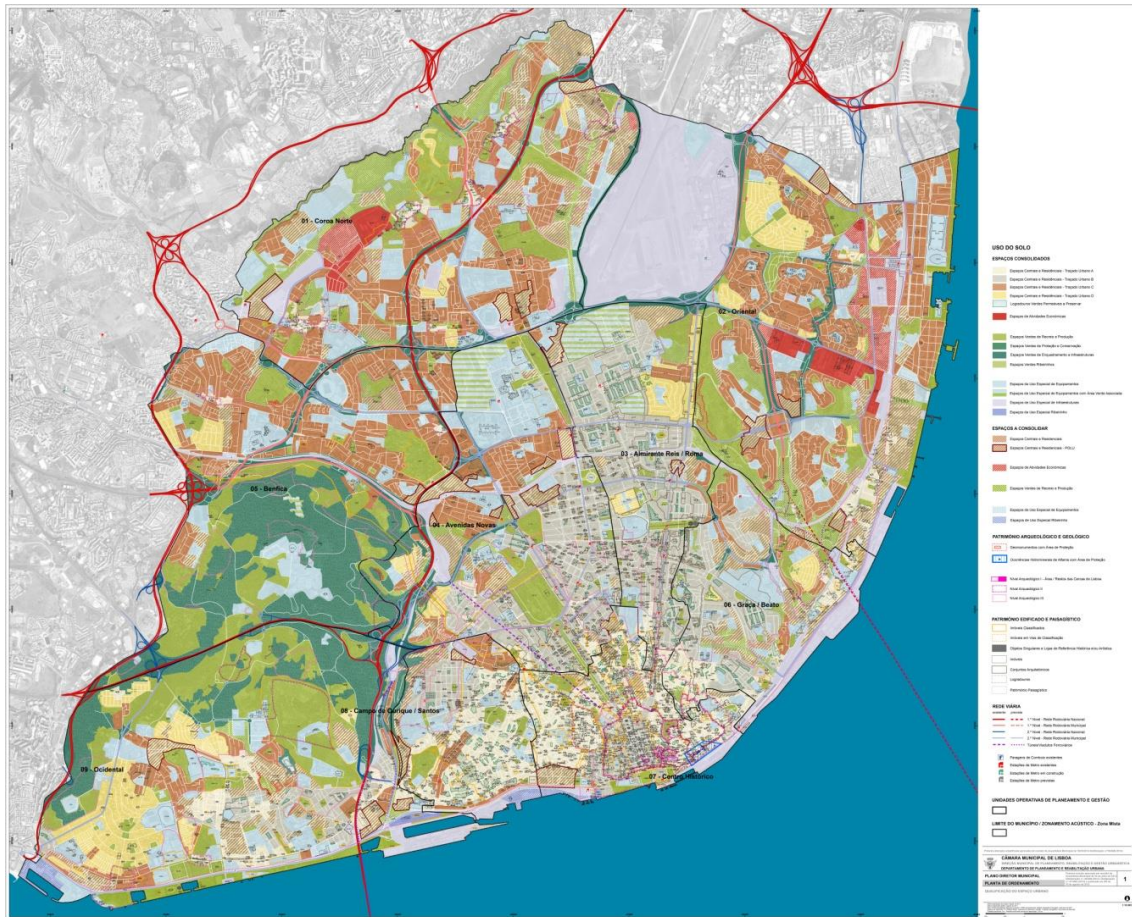


Fig.5 - Planta de Qualificação do Espaço Urbano (Fonte: PDM – Lisboa 2012).

a) **Espaços verdes de recreio e produção:** “espaços não edificados, permeáveis e plantados, sobre solo orgânico em terreno natural, públicos ou privados, incluindo jardins, grandes logradouros de imóveis ou conjuntos arquitetónicos da Carta Municipal do Património, quintas históricas, tapadas e cercas conventuais, destinados a fins de agricultura urbana e de recreio e produção e que podem integrar equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio ao recreio e lazer, incluindo estabelecimentos de restauração e bebidas, e equipamentos de carácter lúdico associados ao turismo;” (artigo 50º, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto).

b) **Espaços verdes de proteção e conservação:** “Os espaços exteriores verdes de proteção e conservação visam a salvaguarda dos valores naturais, designadamente a conservação de ecossistemas, habitats, povoamentos ou formações vegetais e minerais de elevado valor ecológico e ou didático, assim como as estruturas vegetais de proteção do solo em situações de fortes declives e ou erodibilidade; (artigo 51º, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto).

c) **Espaços verdes de enquadramento a infra-estruturas viárias:** “Os espaços verdes de enquadramento a infra-estruturas viárias destinam-se às funções



de enquadramento das rodovias e ferrovias, devendo as soluções técnicas a adotar nestes espaços garantir a sua estabilidade e permitir o seu revestimento com vegetação, mediante um perfil de vegetação morfológicamente consistente e de baixo custo de manutenção;” (artigo 52º, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto).

d) **Espaços ribeirinhos:** “São espaços sem utilização portuária exclusiva, com funções de equilíbrio ecológico que permitam a dinâmica das marés e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio e lazer, incluindo estabelecimentos de restauração e bebidas, turismo, cultura, desporto, atividades náuticas, designadamente náutica de recreio, náutica desportiva, pesca e atividade marítimo turística, e atividades lúdico – recreativas para usufruto público, onde devem ser asseguradas, sempre que possível, condições de acesso pedonal à margem do rio e de fruição da paisagem ribeirinha” (artigo 53º, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto).

O Sistema de corredores estruturantes, propostos pelo PDM, associa a estrutura ecológica a uma escala metropolitana. Esta agrega áreas privadas e públicas consolidadas ou a consolidar, que determinam as ligações existentes e demarcam reservas para as conexões a promover no âmbito de projetos ou planos. Este sistema de corredores é constituído por nove áreas que serão apresentadas posteriormente.

A planificação da execução do PDML é determinada pela Câmara Municipal no âmbito da aprovação das Grandes Opções do Plano (planos plurianuais de investimento) e dos planos anuais de atividades, efetivando as opções e prioridades de desenvolvimento urbanístico para a área do município.

No contexto desses programas, a CML determina as prioridades de efetuação dos objetivos gerais do plano e dos objetivos definidos nas unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) identificadas no PDML. As UOPG encontram-se definidas e diferenciadas na Planta de Qualificação do Espaço Urbano e dividem-se em várias áreas, às quais é atribuída uma numeração. Existem nove UOPG: 1-Coroa Norte; 2-Oriental; 3-Almirante Reis/Roma; 4-Avenidas Novas; 5-Benfica; 6-Graça/Beato; 7-Centro Histórico; 8-Campo de Ourique/Santos e 9-Occidental.

A área de estudo deste trabalho localiza-se na UOPG 2 — Oriental (Inclui os bairros da Santa Maria dos Olivais, Oriente e Marvila). Esta unidade pretende de entre muitos objetivos, suprimir as assimetrias urbanas de carácter social, fortalecendo a coesão territorial e minorar os efeitos de fragmentação, assim como potenciar as centralidades polarizadas em torno da estação do Oriente e do Hospital de Todos os Santos. Tenciona também enaltecer o efeito de vertebração da estrutura ecológica urbana inerente ao sistema de vales e à sua relação com o Rio, e ainda efetuar a revalorização e requalificação biofísica dos cursos de linhas de água e respetivas

margens, de modo a garantir o seu papel do ponto de vista funcional e paisagístico, e a assegurar uma apropriada integração em áreas de espaços verdes urbanos, possibilitando a fruição pública destes espaços. (artigo 81º, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto).

A referida UOPG 2 tem como Programas e Projetos Urbanos Específicos:

- a) Programa de reabilitação, ampliação ou construção de equipamentos de nível local;
- b) **Programa de concretização da Estrutura Ecológica Urbana na zona Oriental;**
- c) Projeto Urbano Vale Fundão — Matinha — Poço do Bispo;
- d) Projeto Urbano Viver Marvila;

A área de estudo, Quinta da Montanha, encontra-se no programa de concretização da Estrutura Ecológica Urbana na zona Oriental.

### 3.3. Análise do Plano Estratégico para o Espaço Público de Lisboa (PEEPL)

É da competência da Câmara Municipal de Lisboa definir e executar o modelo de gestão que melhor promova a qualidade do espaço público, o que motivou a elaboração do PEEPL.

O âmbito de atuação do PEEPL é todo o espaço público sob a jurisdição do Município de Lisboa. O espaço público é a espinha dorsal de uma cidade, pelo que, a sua estrutura deve ser coesa e ter uma imagem reconhecível. De acordo com Castro et al (2007), a carência de uma visão de futuro, a não existência de um modelo urbanístico de referência e de uma estratégia de ação transversal, são aspetos que têm feito com que a cidade de Lisboa cresça de uma maneira deficiente. Essa falta de planeamento urbanístico e gestão dos espaços é notória quando verificamos na capital o primado do automóvel em detrimento do peão, difíceis condições de acesso e de circulação pedonal e automóvel, paisagem urbana incompetente (edifícios desocupados, excesso de publicidade, grafitis, entre outros), deficiente estado de preservação do espaço público, nomeadamente dos passeios, zonas verdes e parques infantis, são apenas alguns dos fatores presentes na cidade de Lisboa.

O objetivo fundamental do PEEPL é contribuir para o aumento da atratividade do espaço público junto de toda população, propiciando:

- (1) hábitos de vida ao ar livre através da criação de um espaço público alcançável a todos,
- (2) a existência de uma estrutura verde com expressão suficiente para desempenhar uma função ecológica na cidade;

- (3) a inserção de um sistema de comunicação urbana lógico e tangível;
- (4) a construção de uma rede de estruturas e equipamentos de apoio às atividades de recreio, lazer;
- (5) a participação das populações locais no processo de definição, gestão e;
- (6) manutenção dos espaços públicos, entre outros.

É também objetivo do PEEPL postular-se para a melhoria das componentes ambientais urbanas distintas no PDM de Lisboa, tais como: (1) proteção da segurança das pessoas e bens, particularmente nas condições de circulação e acessibilidade, pedonal e rodoviária, (2) a salvaguarda e valorização dos espaços públicos, conservação do equilíbrio ambiental e estético, (3) proteção e valorização do sistema de vistas e dos subsistemas que o definem, entre outros.

Para a realização dos seus objetivos, o PEEPL sugere uma linha de execução que aposta em dois vetores principais: por um lado, num leque de instrumentos técnicos variados cuja utilização integrada é favorável para um impacte global na gestão do espaço público; por outro lado, na sensibilização dos munícipes para a importância da sua participação na composição de uma cidade melhor.

O PEEPL define a matriz estruturante da estratégia de ação proposta para o espaço público de Lisboa, compreendendo os seguintes elementos técnicos: Planta de Classificação de Espaço Público, Perfis-tipo para os espaços canais, Parâmetros de projeto, Planos temáticos de Ordenamento e Gestão e Projetos de Qualificação do Espaço Público.

O elevado número de disciplinas que colabora para a construção do espaço público, cria uma rede de relações bastante complexas. Para facilitar a tarefa e diagnóstico, invocou-se a uma metodologia de trabalho de cariz temático, com base no estudo individualizado dos seus elementos e atributos mais significativos. Esta opção metodológica constitui o ponto de partida para o desenvolvimento dos seguintes Planos de Ordenamento e Gestão: Plano de Estrutura Verde, Plano de Arvoredo, Plano de Pavimentos, Plano de Acessibilidade e Mobilidade, Plano de Sistematização e Homologação do Equipamento e Mobiliário Urbano, Plano de Recreio Integrado, Plano de Iluminação Pública, Plano de Publicidade, Plano de Concessão de Equipamentos.

São objetivos do Plano de Estrutura Verde (PEV) (1) a criação de uma estrutura verde sólida e um sistema urbano sustentável, (2) a delimitação da implementação e a consolidação de uma estrutura verde bem categorizada, (3) a criação de uma estrutura lúdica e recreativa equipada e fundamentada na estrutura ecológica urbana, que auxilie a defesa dos valores naturais, patrimoniais e ambientais, entre outros. Esta

divide-se nas seguintes categorias: matas, parques urbanos, jardins, espaços de proximidade, verde de enquadramento e verde integrado.

A delimitação das unidades do espaço público urbano aplicada no PEEPL foi realizada como base na «classificação do espaço urbano» incluída no PDML de Lisboa, não havendo, todavia, uma coincidência total no que respeita à delimitação das classes constantes nos dois documentos. O intuito de fomentar uma adequação das classes de uso de solo incluídas no PDML, à especificidade da problemática do espaço público, levou a que, no PEEPL, se tivesse gerado uma conjunção e resignação das várias classes tipológicas, que passam a ser: Espaços canais, Espaços singulares, Estrutura Verde, Unidades homogêneas de espaço público, Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos e Áreas condicionadas, que podem ser observadas na Planta de Classificação do Espaço Público (Figura 6).

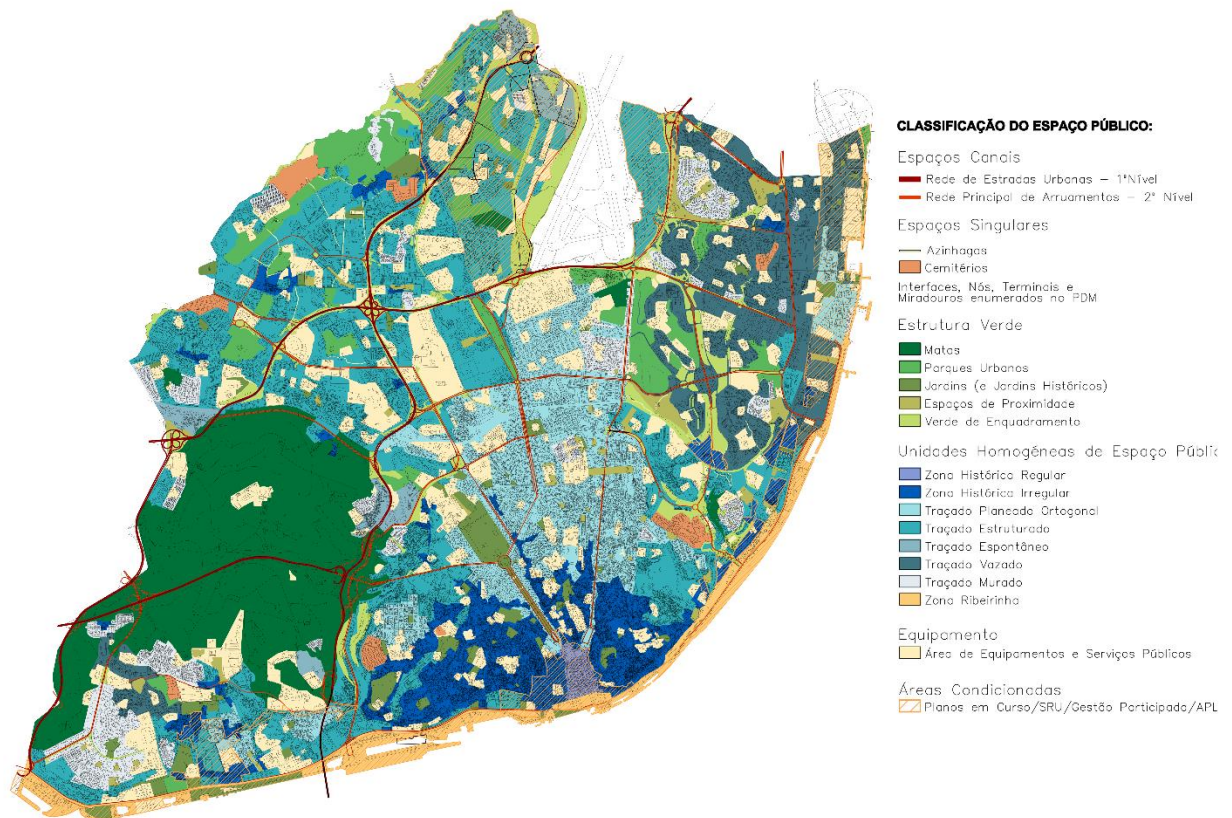


Fig.6 - Planta de Classificação do Espaço Público (Fonte: PEEPL – Lisboa 2007).

### 3.4. Corredor Verde Oriental

Como previamente referido, de acordo com o PDML, o sistema de corredores verdes associa a estrutura ecológica a uma escala metropolitana e agrega áreas privadas e públicas consolidadas ou a consolidar. O sistema de corredores do município de Lisboa é constituído por: Parque de Monsanto, Arco Ribeirinho, Arco Periférico, Arco Interior, Corredor Verde Oriental, Corredor Verde de Monsanto, Corredor do Vale de Alcântara, Corredor da Alta de Lisboa e pelo Corredor de Telheiras (artigo 12º, PDML).

Fig.7 - Sistema de Corredores do Município de Lisboa.

Legenda:

- Parque de Monsanto
- Arco Ribeirinho
- Arco Periférico
- Arco Interior
- Corredor Verde Oriental
- Corredor Verde de Monsanto
- Corredor do Vale de Alcântara
- Corredor do Alto de Lisboa
- Corredor de Telheiras



O Corredor Verde Oriental localiza-se a este do Município de Lisboa e como foi referido anteriormente, são objetivos do Plano de Estrutura Verde a concretização de uma estrutura sólida e um sistema urbano sustentável. Esta deve ser uma estrutura lúdica e recreativa, que ao mesmo tempo preserve os valores naturais, ambientais e patrimoniais.

A concretização do Corredor Verde Oriental de Lisboa é da responsabilidade da CML. Têm vindo a ser desenvolvidas um conjunto de propostas com o objetivo de promover a criação e expansão do corredor verde oriental.



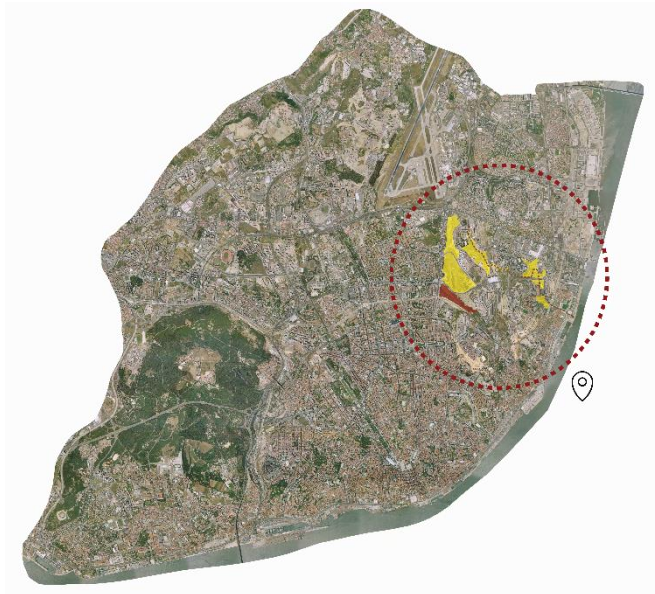


Fig.8 - Corredor Verde Oriental em Lisboa.

Projetos como o Parque Urbano do Vale Fundão, Quinta das Flores, Parque Hortícola de Chelas, projetos de estabelecimento ligações entre estes e ainda a criação de um corredor ciclo-pedonal, foram elaborados de acordo com o Programa de Concretização da Estrutura Ecológica Urbana na Zona Oriental, definido no PDML.

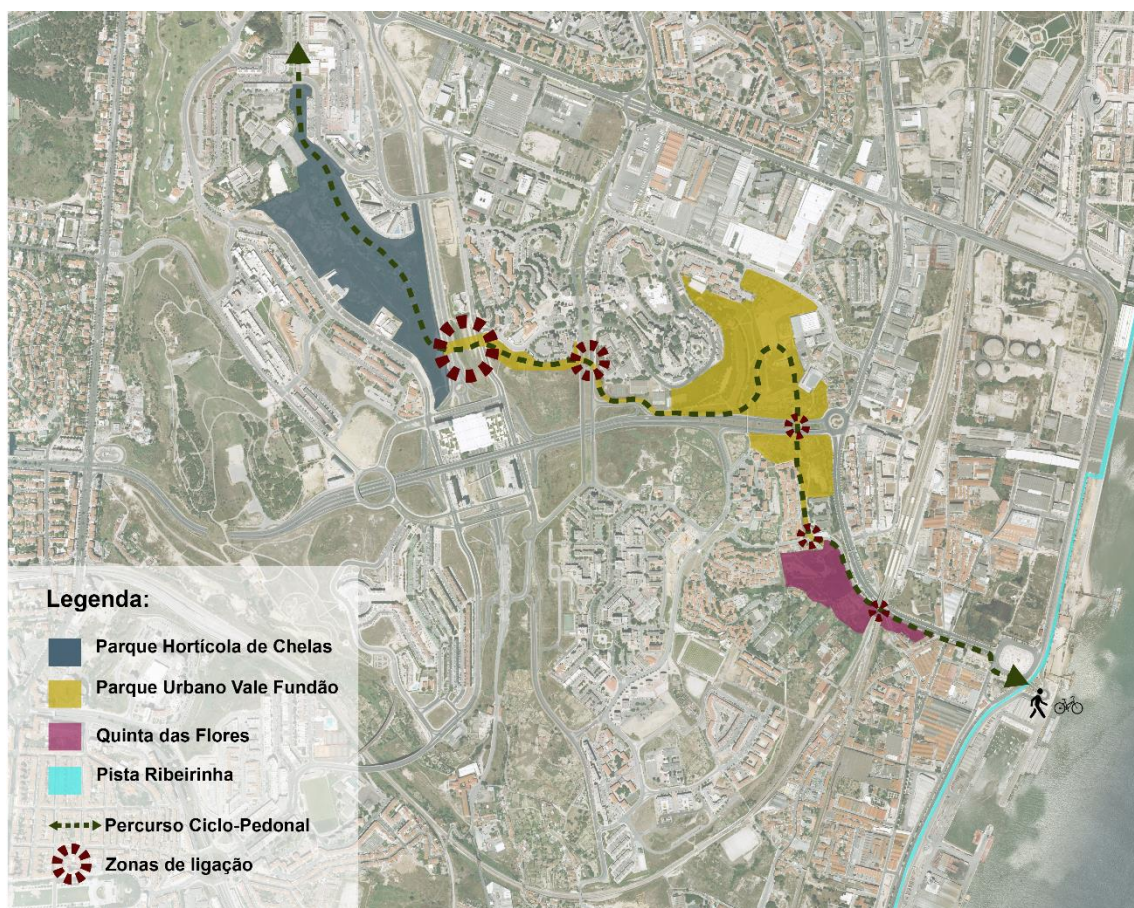


Fig.9 - Corredor Verde Oriental.

Desde já importa entender o que são estes espaços e o que contêm, bem como a sua relação com a Quinta de Montanha.



O **Parque Hortícola de Chelas**, tal como o nome indica, tem como principal

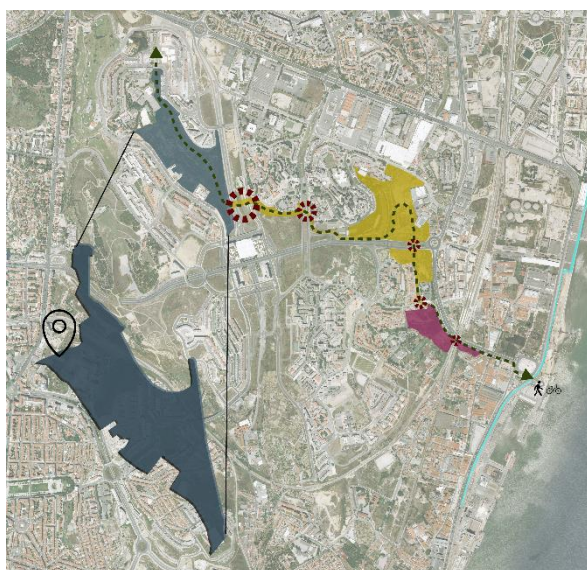


Fig.10 - Localização do Parque Hortícola de Chelas.

objetivo conter um uso hortícola urbano, atividade já há muito desenvolvida nesta área situada a montante da bacia hidrográfica do Vale Central de Chelas (cerca de 6.0 ha dos 15.6 ha do parque têm esse uso). O parque é constituído por uma rede de percursos principais e secundários, que permitem o acesso a todos os visitantes, assim como cerca de 296 talhões hortícolas (com cerca de 150m<sup>2</sup> cada talhão). Esta intervenção também permite a ligação entre os tecidos urbanos das duas encostas, a

instalação de água para rega das hortas e ainda a definição de uma estrutura arbórea principal.

O **Parque Urbano do Vale Fundão**, foi criado segundo um programa orientado por diretrizes de ordem paisagística, funcional, ambiental económica e estética. Na sua elaboração deve principal destaque os aspetos lúdicos e a morfologia do terreno, com vista ao enaltecimento do sistema de vistas. destacando o aspeto lúdico, a



Fig.11 - Localização do Parque Urbano do Vale Fundão

morfologia do terreno, enaltecendo o sistema de vistas. O projeto para este espaço teve como principal objetivo a reabilitação dos percursos existentes e a manutenção das hortas, uma vez que este espaço possuía um carácter agrícola, que se considerou fundamental salvaguardar. O projeto inclui ainda a proposta de uma zona de recreio ativo junto à escola (com a incorporação de um campo desportivo e equipamento de recreio) e a conceção de uma zona de recreio informal (a

norte), composta por uma grande área de prado regado e uma zona de merendas, equipada com mesas e bancos.

A área de intervenção do projeto da **Quinta das Flores** consiste na área nascente da Quinta e na zona de hortas adjacentes a esta, incluindo ainda o percurso que liga esta quinta à zona Ribeirinha. O conceito para esta proposta visava promover



Fig.12 - Localização do Parque da Quinta das Flores

a ligação entre o futuro parque da Quinta das Flores com as áreas envolventes, nomeadamente com o Parque do Vale Fundão e o Futuro Parque Ribeirinho, preservando a memória do local e a morfologia natural do terreno. Deste modo, o Projeto da Quinta das Flores assegurou a reabilitação dos percursos existentes e a preservação do estrato arbóreo e arbustivo, das hortas, e ainda dos elementos agrícolas presentes, conservando deste modo a memória de

um passado rural. A execução da proposta visou ainda a criação de um espaço com fim recreativo, junto aos ulmeiros preexistentes, criando uma área de sombra bastante apelativa. O projeto pretendeu ainda criar uma área de recreio infantil, no topo da Quinta, local mais próximo da zona habitacional.

Para além destas três propostas, outras foram concebidas de acordo com o Programa de concretização da Estrutura Ecológica na zona oriental, definidas no

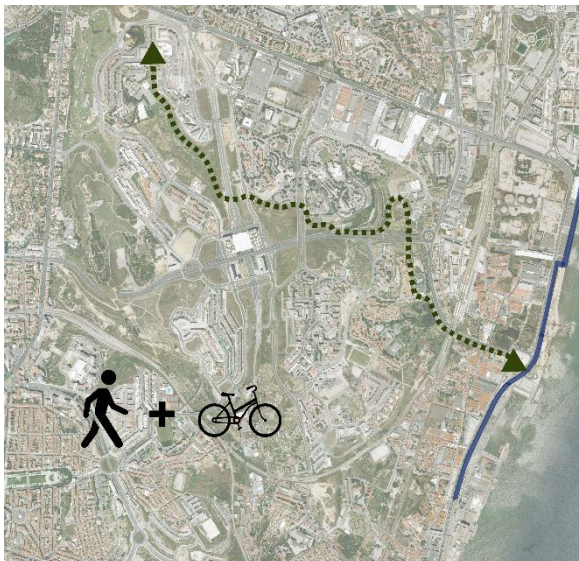


Fig.13 - Localização do Corredor ciclo pedonal

PDML, como é o caso da criação de um corredor ciclo pedonal quer na zona ribeirinha (ao longo da Av.Infante D.Henrique), quer ao longo do percurso que une os três projetos descritos anteriormente. Esta proposta teve como principal objetivo assegurar a continuidade da estrutura verde, promovendo a circulação pedonal e ciclável em ambiente urbano qualificado. A implantação deste corredor teve como principal propósito proporcionar a articulação com as diversas áreas

verdes e espaços públicos das áreas envolventes, nomeadamente: o futuro Parque



Oriental, Parque da Bela Vista, Parque Hortícola de Chelas, Parque Urbano do Vale Fundão, Quinta das Flores e Zona Ribeirinha.

Para além dos projetos descritos anteriormente (gerados com a necessidade de criação e desenvolvimento do corredor verde oriental), existem outros que já se encontravam consolidados, como é o caso do Parque Urbano da Belavista.

O **Parque Urbano da Belavista** desempenha um papel muito importante na zona oriental da cidade, uma vez que exerce a função de parque urbano. O Parque

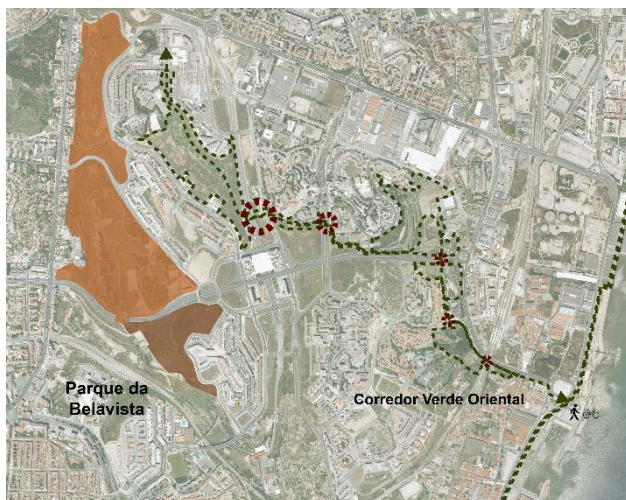


Fig.14 - Localização do Parque da Belavista.

possui aproximadamente uma área de 85 ha e é constituído por várias zonas arborizadas de prado e relvado, com função de estadia e lazer, assim como zonas de recreio infantil. As zonas mais altas do parque apresentam a possibilidade de desfrutar de uma ampla vista sobre a cidade de Lisboa e sobre o rio Tejo. A área ocupada pelo Parque foi outrora uma antiga quinta cujo aspeto rural foi preservado,

sendo possível encontrar na Belavista vários exemplos de fauna e flora portuguesas. Uma vez que este Parque possui a maior mancha verde desta zona da cidade, faz com que também seja denominado por: Parque Oriental. Dada a sua grande extensão, este lugar tem recebido o festival “Rock in Rio”.

Após a análise do território envolvente à Quinta de Montanha e observando a Planta de Classificação do Espaço Público, onde se verifica que a área de intervenção integra a categoria de espaço verde de enquadramento e de espaço verde de recreio e produção a consolidar, conclui-se que aliando ainda a sua proximidade a vários espaços verdes com diferentes funções, o espaço ocupado pela Quinta da Montanha desempenha um papel estruturante para a expansão do corredor verde oriental.



Fig.15 - Planta de Classificação do Espaço Público à escala da zona Oriental do Município (Fonte: PEEPL (2012), adaptado Lima 2016).

Constata-se que a Quinta de Montanha permite a continuidade do Parque da Bela Vista e do Casal Vistoso, através do estabelecimento da ligação da área das Avenidas Novas (área central), com o Parque de Bela Vista Sul (área oriental) e com o Casal Vistoso e as Olaias, através da ponte pedonal sobre o caminho da Refer, tal como indicado na figura abaixo.



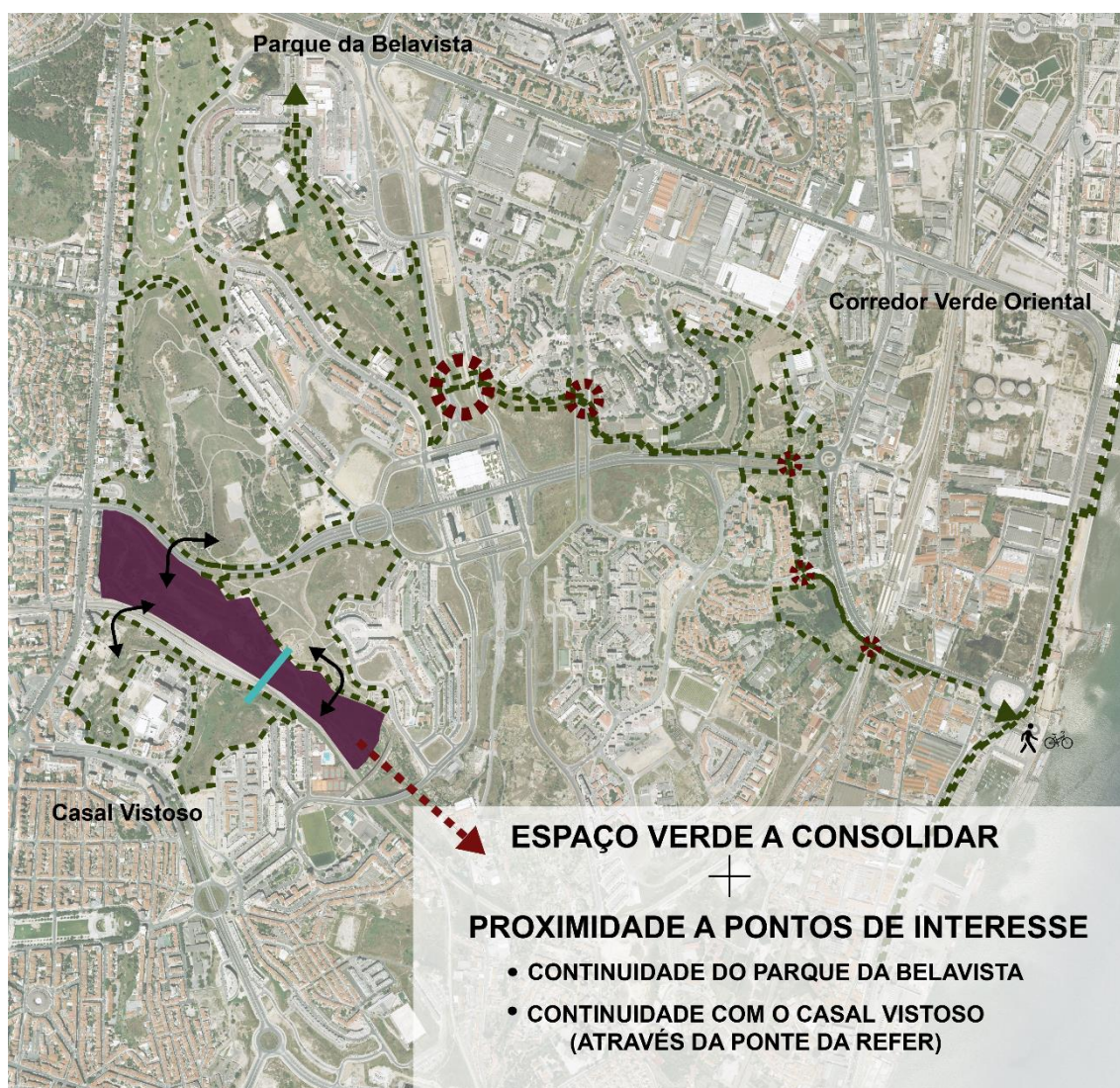


Fig.16 - Esquema explicativo que afirma a importância da Quinta da Montanha no corredor verde oriental.

## IV. Proposta para a Expansão do Corredor Verde Oriental: Quinta da Montanha

### 4.1. Enquadramento

A elaboração do projeto para a Quinta da Montanha é da responsabilidade da CML. A equipa projetista, coordenada pelo Arq. Paisagista João Castro, era constituída pela Arq. Mónica Farina, Arq. Designer Susana Figueiredo e pela Arq. Paisagista Estagiária Elsa Lima. Apesar do trabalho ter sido realizado em equipa, com

vista à conceção da melhor solução projetual possível, quer a nível de conceito, quer a nível de forma, destaco que foi-me atribuída a responsabilidade de elaborar a proposta projetual ao nível da intervenção paisagística – desenho, modelação, plantação - (sempre com a coordenação e aprovação do Arq. João Castro). Atualmente o projeto encontra-se em execução.

## 4.2. A Quinta da Montanha

### Objetivo

Como foi referido no capítulo anterior, a necessidade de intervir neste local surge no âmbito do desenvolvimento do Corredor Verde Oriental e da observação que a área da Quinta da Montanha permite conetar a área das Avenidas Novas com o Parque de Belavista Sul e com o Casal Vistoso e as Olaias, através da ponte pedonal sobre o caminho da Refer.

### Localização

A área de intervenção, com cerca de aproximadamente 120.000 m<sup>2</sup>, localiza-se no concelho de Lisboa, na freguesia de Marvila, entre a Avenida Marechal António Spínola (a Nordeste), a Avenida Almirante Gago Coutinho (a Poente) e a linha de comboios de Sintra (a Sul).



Fig.17 - Localização da Quinta da Montanha na Freguesia de Marvila e em Portugal Continental.

### Enquadramento histórico e paisagístico

O espaço ocupado pela Quinta da Montanha, foi outrora uma zona onde as quintas e as hortas predominavam e durante décadas foi ocupada por construções ilegais. Da demolição progressiva destas construções, resulta hoje num local degradado e expectante, com resíduos de plantações das antigas quintas e vegetação

espontânea dispersa. Da ocupação humana antiga encontram-se algumas habitações e os traçados da Azinhaga da Fonte do Louro e da Azinhaga do Pombeiro. Esta área encontra-se identificada no PDML como uma área de espaços verdes, assim como toda a sua envolvente.

### Área de intervenção e sua envolvente

A área de intervenção encontra-se no vale compreendido entre o Casal Vistoso e o Parque da Bela Vista Sul, sendo uma parte integrante do sistema de Percursos e Corredores do Corredor Oriental de Lisboa. Esta área, identificada no PDM como uma área de espaços verdes, representa hoje em dia o Parque Urbano da Quinta da Montanha. Dada a sua proximidade ao Parque da Belavista e à sua grande área (aproximadamente 120.000 m<sup>2</sup> ) considera-se que este espaço é estruturante para a continuação da concretização do Corredor Verde Oriental, através da extensão do Parque da Bela Vista, convertendo aquilo que atualmente é um espaço sem qualquer tipo de uso, abandonado e expectante, num Parque Urbano.

A área de intervenção apresenta vários problemas que comprometem o uso do espaço tais como:

- Local degradado;
- Presença de construções ilegais;
- Resíduos de vários materiais inertes como: madeiras, borrachas, peças de alumínio;
- Resíduos de antigas plantações;
- (...) entre outros;

Apesar dos problemas enunciados, este espaço apresenta um enorme potencial, pelos motivos previamente elencados.

### Conceito do Projeto

A criação do Parque Urbano teve em consideração vários objetivos, tais como, a proteção do solo e do ciclo hidrológico, bem como, dar resposta às necessidades de lazer da população local, na continuidade dos espaços de recreio do Parque da Bela Vista.

O projeto da Quinta da Montanha tem como conceito base a criação de um parque urbano que contenha espaços de recreio e lazer ativo e passivo, multifuncionais e de elevada qualidade e a execução de uma rede de percursos.

Para tal foram definidas um conjunto de linhas orientadoras do projeto:

- Criação de duas praças de entrada, com funções de recreio ativo e passivo;
- Criação de clareiras envolvidas por orlas arbóreas e arbustivas;
- Criação de uma zona de bosque para recreio ativo informal;
- Criação de uma rede de percursos que estabeleçam a ligação entre as diferentes áreas do parque;
- Preservação da vegetação considerada em bom estado fitossanitário, que se integre no conceito e desenho da proposta;
- Desobstrução da linha de água e criação de uma mata ribeiriha;
- Criação de maciços arbóreos que sirvam de barreira visual e acústica, junto à principal via (Avenida Marechal António Spínola) ou linha de caminho-de-ferro;
- Criação de uma zona de estacionamento;
- Criação de uma zona de merendas;
- Localização de equipamentos de apoio – recreio infantil, bancos - e iluminação;
- Localização de um quiosque do ramo alimentar;
- Promoção de uma estrutura verde concordante com o PDML/PEEL/PEV;
- Promoção da continuidade visual com o Parque da Bela Vista.



### 4.3. Proposta

A proposta para este espaço deseja a cima de tudo ser fiel ao conceito definido, representando o caráter do lugar, como se pode verificar-se no Plano Geral (Figura 19).



Fig.19 - Plano Geral da Proposta da CML para a Quinta da Montanha.

É de grande importância referir que houve uma atenção cuidadosa e minuciosa na escolha dos exemplares arbóreos e arbustivos para este parque. Deste modo, o plano de plantação ambiciona a representação do principal objetivo desta intervenção: a criação de um Parque Urbano. O plano foi concebido, em primeiro lugar, para dar relevo e singularidade aos dois principais acessos ao Parque Urbano da Quinta da Montanha, nos quais se concentra a oferta de equipamentos.

Apesar do aspeto naturalista que se tenciona criar em todo o Parque, a disposição das árvores nas praças foi cuidadosamente estudada e estrategicamente pensada, de modo a reforçar a forma concêntrica e o caráter de lugares de interesse, abrir as perspetivas sobre o vale, marcar contrastes entre texturas, cores e volumes para o desfrute estético dos utilizadores, criar o ensombramento e proteger do ruído das vias envolventes, factores essenciais à função de estadia.

Deste modo, na praça grande propõem-se a plantação de *Liquidambar styraciflua*.

Junto à passadeira de peões, no passeio existente, serão plantadas nas caldeiras existentes *Prunus cerasifera pissardii* e *Acer negundo*.

Na praça pequena, as espécies a plantar serão: *Prunus serrulata*, *Prunus amygdalus dulcis* e *Prunus cerasifera pissardii*.

Nas restantes áreas do Parque pretende-se sublinhar a estrutura verde, com exemplares marcantes, criando maciços com as árvores já existentes no local ou plantadas singularmente, para pontuar os espaços significativos do Parque. A escolha das espécies foi inspirada na vegetação presente da paisagem de Portugal, dando especial importância às espécies autóctones de Portugal Continental, tais como: *Pinus pinea* (Pinheiro-manso), *Alnus glutinosa* (Amieiro), *Populus alba* (Choupo-branco), *Populus nigra var. italica* (Choupo-negro), *Fraxinus angustifolia* (Freixo), *Arbutus unedo* (Medronheiro), *Salix alba* (Salgueiro-branco), *Quercus suber* (Sobreiro), entre outras. São ainda propostas algumas espécies não espontâneas, mas tradicionais que se verificam na paisagem Portuguesa, tais como: *Ceratonia siliqua* (Alfarrobeira), *Cupressus sempervirens* (Cipreste), entre outras. O plano de plantação do Parque dividiu-se em duas fases: na primeira foram selecionadas espécies de porte pequeno, e sucessivamente menos dispendiosas financeiramente. Na segunda fase foram escolhidas espécies de maior porte relativamente à primeira, necessárias para se conseguir dar a ideia de Parque Urbano num curto espaço de tempo. (Ver anexo 3 e 4).

De acordo com as linhas orientadoras definidas, a linha de água preexistente foi desobstruída de entulhos, tendo sido criada uma galeria ripícola. Foram também criadas, nas áreas de meia encosta, amplas clareiras envolvidas por orlas arbóreas e arbustivas, junto às principais barreiras artificiais (Av. Marechal António Spínola e a Refer), ou pontuadas por maciços arbóreos de espécies bem-adaptadas ao local, criando uma nova paisagem natural, na continuidade da existente no Parque da Bela Vista.

A construção de duas praças marcantes no espaço tem como objetivo a criação de áreas de recreio ativo e passivo, destinado a todos os transeuntes que visitem o parque. Para além das praças, o parque possui zona de estacionamento de automóveis, para apoiar principalmente aqueles que se deslocam de longe; zonas de clareiras e de bosque para o recreio ativo informal e alguns equipamentos de apoio, tais como o receio infantil, bancos, mesas de jardim para merendar; um quiosque do ramo alimentar que servirá de apoio aos visitantes e ainda a iluminação pública, necessária para garantir a segurança dos utilizadores.





Fig.18 - Diagrama ilustrativo que representa a área de recreio infantil.

#### 4.4. Reflexão crítica da proposta para a Quinta da Montanha

Como previamente referido, o projeto para a Quinta de Montanha foi elaborado em conjunto com outros técnicos, sob a coordenação do Arq. Paisagista João Castro. Embora este tenha sido um desafio muito gratificante, uma vez que foi a primeira vez que fui responsável pela elaboração de uma intervenção paisagística para um Parque Urbano, que atualmente já se encontra em execução, considero que caso fosse a coordenadora deste projeto, este teria pequenas diferenças projetuais. As alterações agora propostas encontram-se em concordância com o conceito da proposta realizada na Câmara.

Conceito esse que deseja dar continuidade aos espaços de recreio do Parque da Bela Vista, dando resposta às necessidades de lazer da população, através de uma rede de percursos, espaços de recreio passivo e ativo que vão surgindo ao longo dos diversos caminhos que percorrem o parque. Pretende-se ainda a criação de duas praças: uma principal (de maior escala) e uma secundária (de menor escala), uma zona de recreio infantil, uma área destinada à prática de exercício físico para adultos e um quiosque para dar apoio aos visitantes do Parque.

À semelhança da proposta anterior, esta propõe ainda a criação de pequenas clareiras (nas áreas de meia encosta) para os transeuntes poderem desfrutar das

vistas que os envolvem e ainda uma galeria ripícola junto à linha de água. Para além disso, esta proposta conta ainda com a presença de bancos e mesas de merendas.

Relativamente à escolha das espécies arbóreas e arbustivas escolhidas para a maior parte da extensão da Quinta da Montanha, esta planeia assemelhar-se à vegetação presente nas Paisagens Portuguesas, dando especial atenção às espécies autóctones de Portugal Continental. Nas zonas mais formais do Parque (constituídas por ambas as praças), a disposição das árvores procura reforçar a forma concêntrica das praças e através da escolha de espécies como o *Liquidambar styraciflua* e o *Prunus serrulata*, tenciona-se marcar contrastes entre texturas, cores e volumes aos olhos dos transeuntes da Quinta da Montanha.

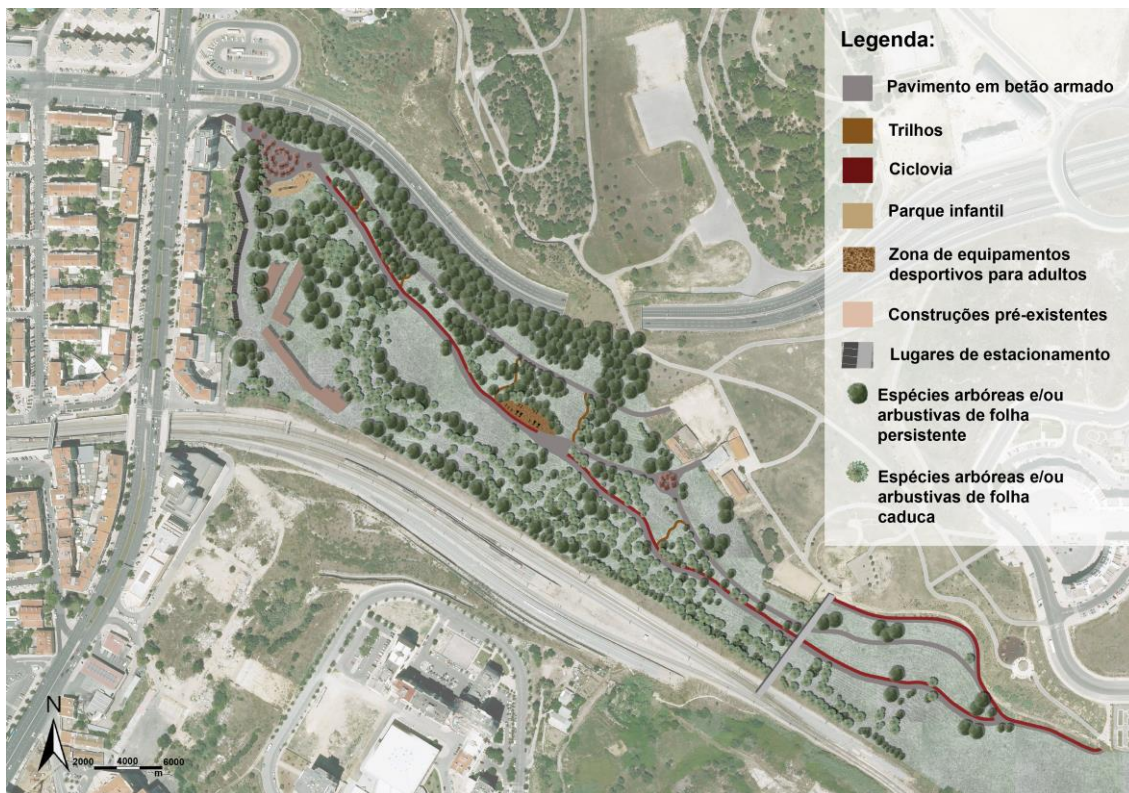


Fig.20 - Plano Geral da Proposta pessoal realizada após uma reflexão crítica.

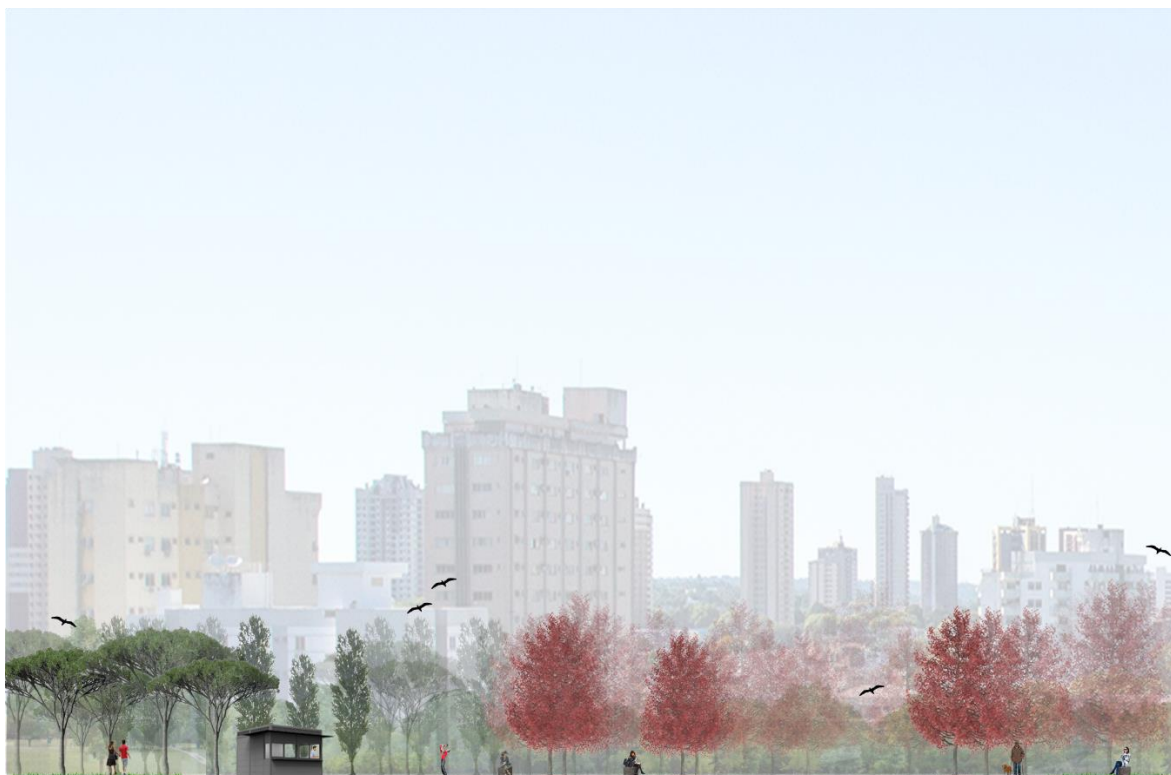


Fig.21 - Corte explicativo da zona da praça principal

Concluindo as diferenças projetuais agora apresentadas, resultam de uma reflexão crítica realizada após a conclusão do estágio e têm como principal objetivo aperfeiçoar e reforçar certos elementos presentes no Parque. As diferenças identificadas, concretizam-se em três grandes objetivos:

- 1- Hierarquização das vias;
- 2- Aumento do destaque de certas zonas do parque;
- 3- Criação de uma zona destinada à prática desportiva para adultos.

### **1- Hierarquização das vias**

A Hierarquização das vias é fundamental na estruturação de um parque urbano. Nesta proposta tenciona-se criar uma via principal (através do acréscimo de 2 metros, relativamente à proposta previamente apresentada), uma via secundária e ainda a criação de trilhos.

Considera-se que com esta hierarquização e com a afirmação de uma via principal, os visitantes serão conduzidos à área central do parque, onde têm acesso à grande clareira e posteriormente à zona destinada à prática desportiva para os adultos. A criação dos trilhos pretende reforçar o conceito de parque naturalista, propondo-se que estes sejam em terra batida, transmitindo a sensação de estarem a caminhar sobre algo que a natureza criou e não sobre algo criado pelo homem.

Nos diagramas apresentados, é possível ver-se a diferença entre os percursos propostos inicialmente e após a reflexão crítica.

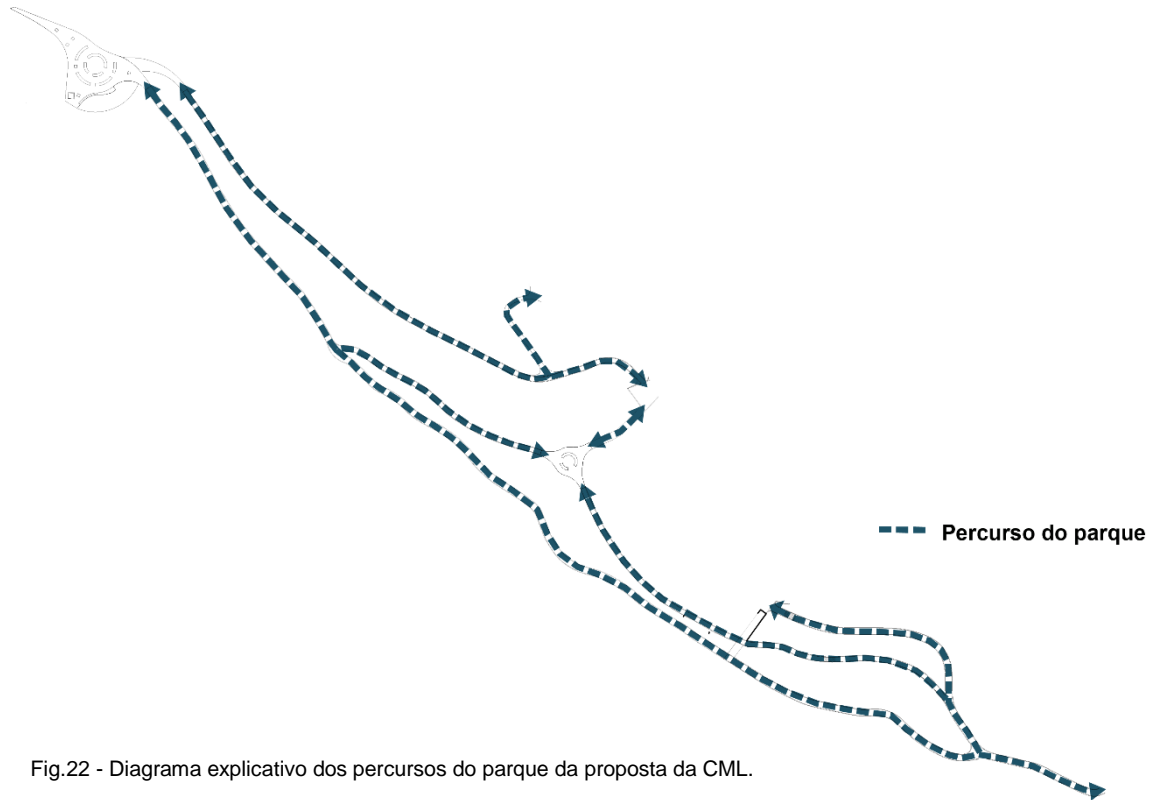


Fig.22 - Diagrama explicativo dos percursos do parque da proposta da CML.



Fig.23 - Diagrama explicativo dos percursos do parque da proposta pessoal.



## **2- Aumento do destaque de certas zonas do parque**

Considera-se que algumas áreas do Parque deveriam ter maior destaque, pelo que se considera que seria relevante fazer alguns ajustes, nomeadamente através de alterações nos percursos do parque, aumento do estrato arbóreo junto da praça maior e aumento da clareira principal, localizada na parte central do parque (Figura 24)

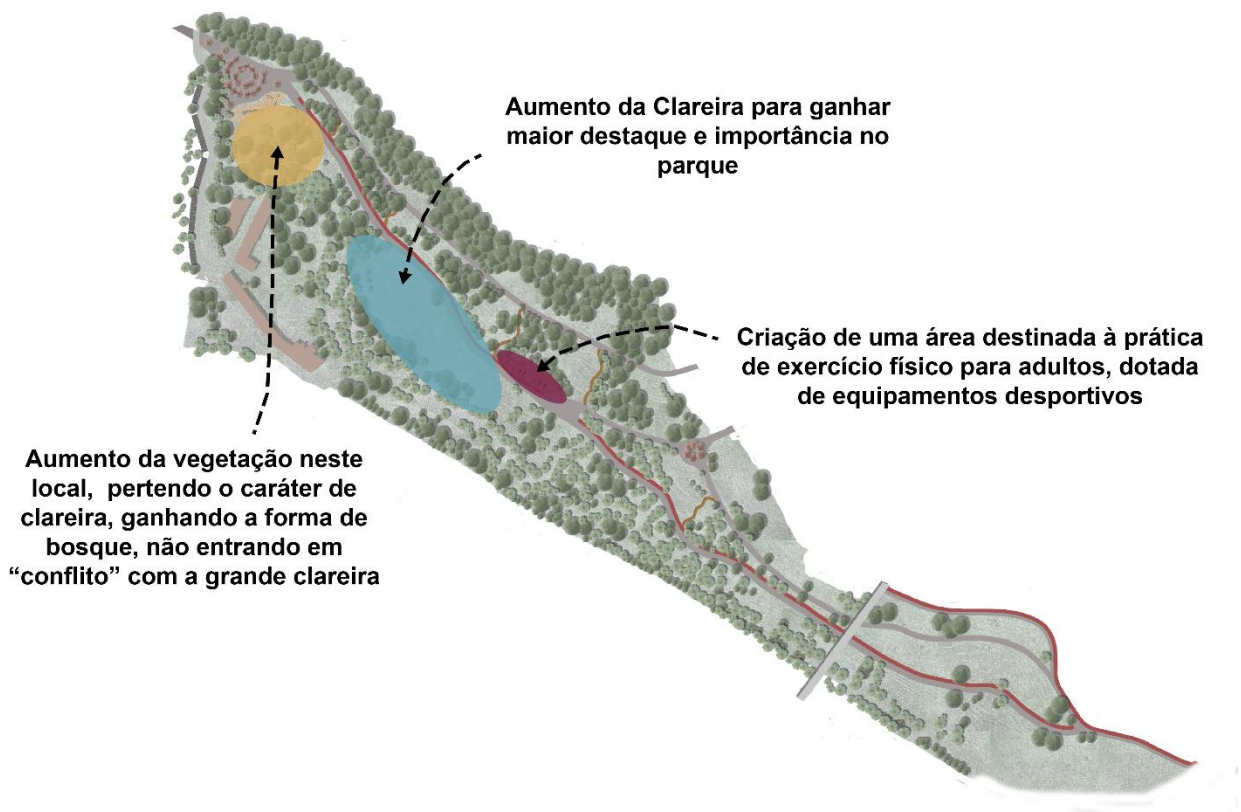


Fig.24 - Diagrama explicativo da criação de certas zonas no Parque.

Optou-se por aumentar a clareira central, ganhando agora maior destaque, importância e centralidade no parque. O aumento da vegetação na pequena clareira junto à zona de recreio infantil e da praça principal, faz com que esta perca o caráter de clareira e ganhe o caráter de bosque. Com o aumento da vegetação neste espaço, há uma afirmação da clareira central, conforme se pode observar no corte seguinte



Fig.25 - Corte explicativo da zona da clareira.

Propõe-se para este espaço a plantação de oito *Pinus pinea* (Pinheiros-mansos), três *Salix alba* (Salgueiros-brancos), seis *Populus nigra var.italica* (Choupo-negro), sete *Ceratonia siliqua* (Alfarrobeiras), como podemos verificar no diagrama apresentado a seguir.

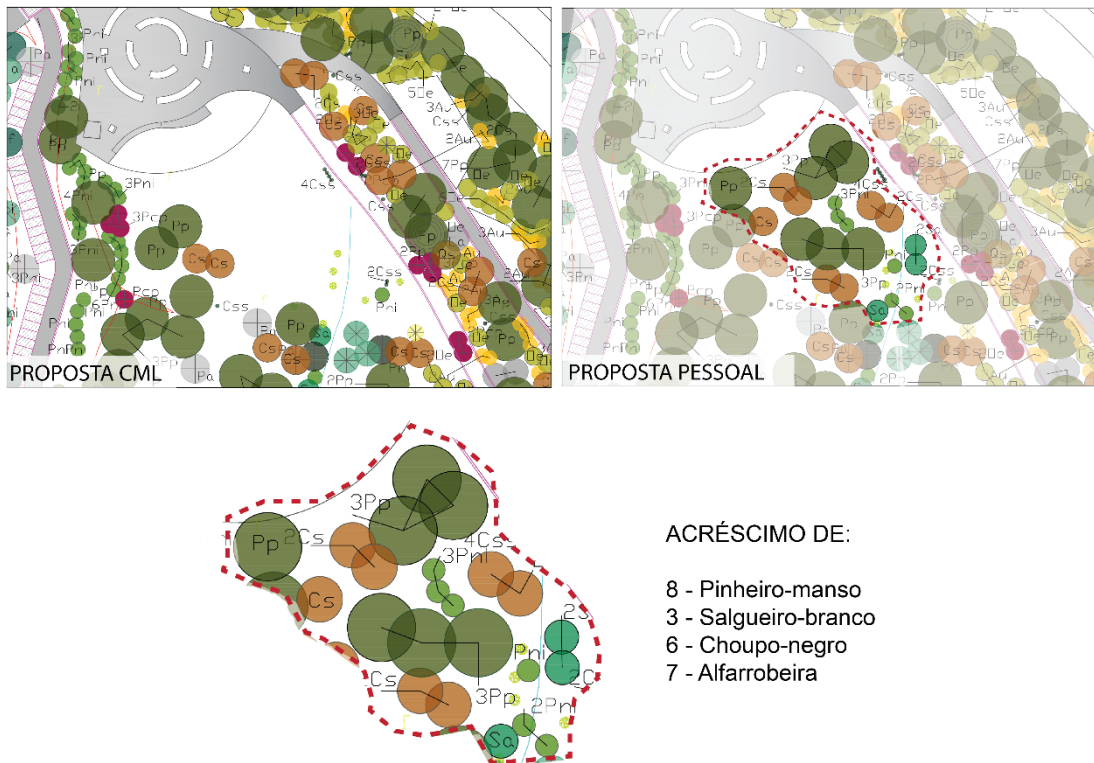


Fig.26 – Diagrama que ilustra o aumento da vegetação junto à praça principal (proposta pessoal após reflexão crítica) relativamente à proposta da CML.

### **3- Criação de uma zona destinada à prática desportiva para adultos**

Existe nas proximidades da Quinta da Montanha uma zona destinada à prática de exercício físico para adultos. No entanto, esta área encontra-se afastada da zona central do parque, infelizmente é mal frequentada fazendo com que esta área seja, de um certo modo, monopolizada por alguns utilizadores. Após reflexão crítica, achei necessário a criação de uma zona dedicada à prática desportiva contendo equipamentos fitness para os adultos. A criação desta zona, pretende enriquecer o parque uma vez que é um lugar apenas dedicado à prática desportiva, levando aos utilizadores mais assíduos na prática de exercício físico a frequentarem este espaço. Nas figuras apresentadas de seguida, pode-se observar um exemplo da zona que se propõe a colocação da área de fitness em comparação com essa zona proposta previamente.





Fig.27 - Recanto do parque – Proposta

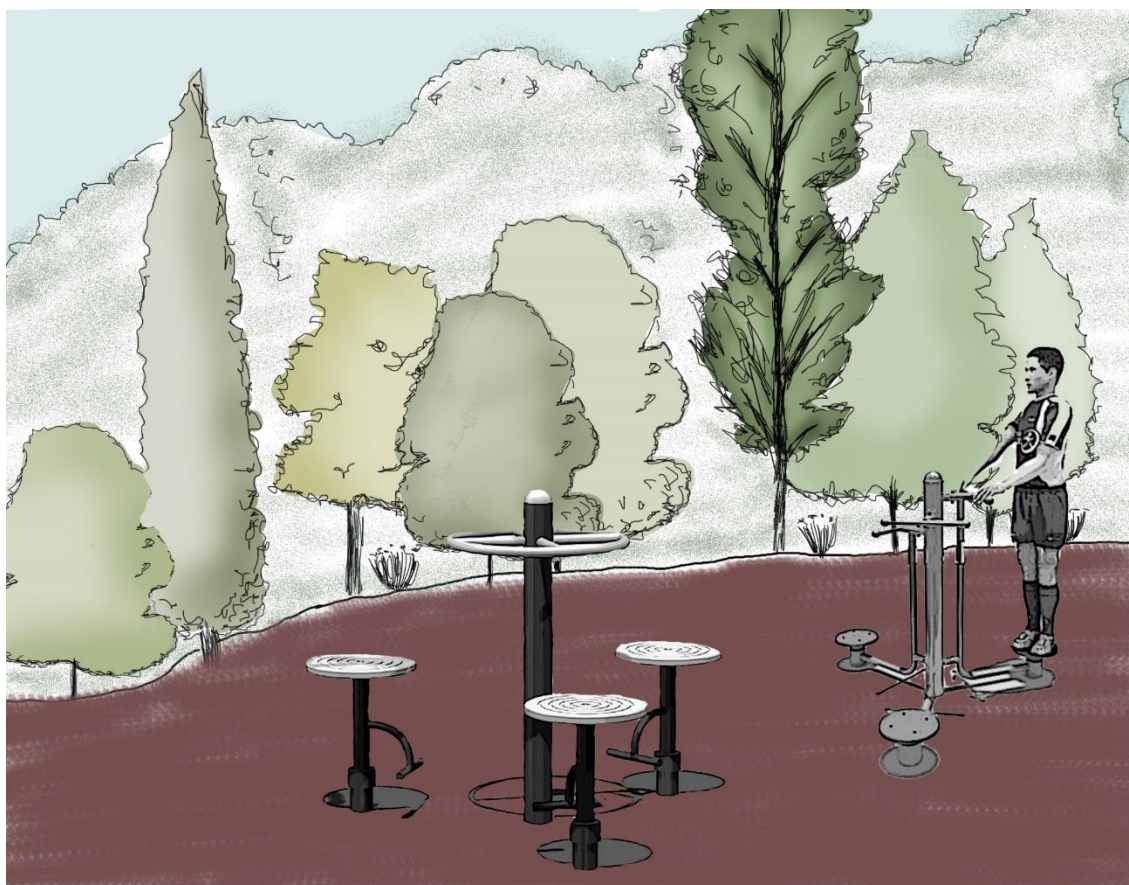


Fig.28 – Recanto do parque (com zona de equipamentos fitness) – Proposta após reflexão crítica.



## Considerações finais

O presente relatório de estágio foi realizado no âmbito da unidade curricular de Estágio, do Mestrado em Arquitetura Paisagista, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A realização deste relatório de estágio foi bastante positiva tanto para a minha realização pessoal, como académica. O facto de ter tido a oportunidade de trabalhar num projeto cuja execução, que estava a acontecer em tempo real, foi bastante inspirador e motivador para a realização deste estágio.

Relativamente ao tema desenvolvido ao longo deste estágio e relatório, “Expansão do Corredor Verde Oriental: Quinta da Montanha”, cujo objetivo visava operacionalizar a estrutura ecológica prevista no PDML, considero que este foi amplamente atingido, uma vez que para além de ter tido uma enorme responsabilidade na elaboração do projeto de execução para o Parque Urbano, este encontra-se atualmente em execução.

Refletindo sobre as grandes questões de investigação:

1. “Criação de um espaço verde público, cujo desenho responda às necessidades do local em que o mesmo se insere e dos habitantes que o vivenciarão” – O projeto do Parque Urbano da Quinta da Montanha, é sem dúvida um projeto que responde às necessidades do local em que se insere. De um espaço outrora abandonado e sem qualquer tipo de uso, apresenta-se agora um Parque Urbano rico em biodiversidade e com espaços de recreio ativo/passivo para todos os habitantes.
2. “Criação de um espaço que contenha ligações com os espaços verdes na sua envolvente, de forma a tornar o corredor verde oriental o mais coeso possível, consolidando a ligação entre os espaços verdes e corredores verdes concelhios”. - Penso que essa questão foi resolvida, uma vez que o projeto do Parque Urbano da Quinta da Montanha é, sem dúvida, um elemento estruturante no desenvolvimento do corredor verde oriental. Isto porque, para além da sua função enquanto parque urbano, é também um elo de ligação muito importante com outros espaços verdes que fazem parte do corredor (como por exemplo a ligação com o Parque da Belavista).
3. “Valorizar e dinamizar o corredor verde oriental através do estabelecimento de atividades de recreio e de proteção e valorização ativo e passivo, contribuindo

para a qualificação da estrutura verde”. - O projeto do Parque Urbano da Quinta da Montanha é um elemento muito importante do Corredor Verde Oriental, e consequentemente um espaço valioso da estrutura verde. A criação do Parque teve em consideração a proteção do solo e do ciclo hidrológico, bem como dar resposta às necessidades de lazer da população local.

4. “Atuação no desenho para que espaço seja um lugar acessível a todos e a todas as faixas etárias, promovendo a maior atratividade pública possível” - Considero que o projeto desenvolvido possui um forte conceito, que responde às necessidades da população. É possível observar no parque, espaços para todas as faixas etárias, com diferentes ofertas, criando um leque de oportunidades de recreio/estadia para todos os visitantes.

Conclui-se o presente relatório refletindo sobre outras questões de investigação que surgiram ao longo da elaboração deste projeto e que alternativamente poderiam ter sido desenvolvidas, caso o tema deste estágio fosse outro. A título de exemplo refere-se: Seria possível, que em vez de a Quinta de Montanha ser potenciada como um parque urbano, tivesse outro tipo de uso, como por exemplo, um arboreto? Se sim, isto responderia às necessidades da população ou de que forma poderia responder?

## Bibliografia

---

Magalhães, M (2001). *A Arquitetura Paisagista: morfologia e complexidade*. (1ªed.). Lisboa: Editorial Estampa.

Caldeira Cabral, F., Ribeiro Telles, G. (2005). *A árvore em Portugal*. (2ªed.). Odivelas: Assírio & Alvin.

Farinha Marques, P., Fernandes, C., Guilherme, F., Lameiras, J., Alves, P., Bunce, R. (2015). *Morphology and Biodiversity in the urban green spaces of the city of porto*. (1ªed.). Porto: CIBIO.

Castro, J., Batista, M., Pinto, N., Carrelo, M. (2007). *Plano Estratégico para o Espaço Público de Lisboa*. Lisboa.

Gonçalves, C., Silva, P (2015). *Planning green infrastructure from a landscape perspective. Handbook Handbook on Green Infrastructure: Planning, Design and Implementation*. University of the West of England. Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978 1 78347 339 1. United Kingdom, 2015, pp. 166-183.

Câmara Municipal de Lisboa (2012). Plano Diretor Municipal de Lisboa. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>. [consultado em: 16.12.2015].

Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, 2008. Disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-da-area-metropolitana-de-lisboa/54.htm>. [consultado em 21.03.2016].

AEVV (2000). *Guia de Buenas Prácticas de Vías Verdes em Europa: ejemplos de realizaciones urbanas y periurbanas*. Association Européenne des Voies Vertes, Namur.

Ferreira, J. C., Rocha, J. (2010). *Rede de Corredores verdes para a Área Metropolitana de Lisboa: estratégias e oportunidades para a Requalificação Ambiental, on Corredores Verdesal*, Instituto Geográfico Português, Lisboa.

Machado, J. et al (2004). *A Estrutura Ecológica do Município de Alcobaça*. Relatório Técnico Preliminar, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT/UNL, Monte de Caparica.

Marshall, T (2004). *Transforming Barcelona*, Routledge, Taylor & Francis Group. Londres.

Fernandes, M. *Os problemas e a prática do urbanismo em Portugal*, Lisboa.

Amado, M (2005). *Planeamento Urbano Sustentável*, Caleidoscópio, Lisboa.

Portas, N (2011). *Políticas Urbanas I e II: transformações, regulação e projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Lourenço, M (2003). *Expansão Urbana: Gestão de Planos-Processo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Ferrão, J (2011). *O ordenamento do território como política pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Hopkins, J (2002). *The making of urban open spaces*, Landscape Design.

Alexander, G (2010). *Public Parks: The Key to Livable Communities*.

Helena N (2010). *Park characteristics: A tool for classifying and designing urban green spaces*, Verlag.

EEA. *The Territorial Dimension of Environmental Sustainability*. Potential territorial indicators to support the environmental dimension of territorial cohesion.

Daniel, C., Vining, J (1983). *Methodological Issues in the Assessment of Landscape Quality, In Behaviour and the Natural Environment*, Plenum Press.

Quintas, A.; Curado, M. José. 2010. *Estrutura Ecológica Urbana: sistema multifuncional de desenvolvimento urbano*. XII Colóquio Ibérico de Geografia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

## ANEXOS

---

## Anexo 1| Trabalhos e tarefas desenvolvidas no Estágio

Vários foram os trabalhos e tarefas desenvolvidos durante o tempo de estágio na CML. Para melhor ilustrar as tarefas desenvolvidas, segue-se em baixo um cronograma com descrição das mesmas.

ATIVIDADES	2015	2016					
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Análise e estudo do PDM de Lisboa							
<b>Análise e estudo do PEEPL (Plano Estratégico para o espaço público de Lisboa)</b>							
Análise do portfolio das intervenções realizadas							
<b>Conceito e desenho e desenho do Parque Urbano da Quinta da Montanha</b>							
<b>Fase de projeto de execução da Quinta da Montanha</b>							
Reuniões de obra da Quinta da Montanha							
<b>Reunião quer na Câmara quer em local de obra de diversas áreas de intervenção</b>							
Desenvolvimento do Relatório de Estágio							
Desenvolvimento de peças ilustrativas para melhor compreensão do conceito da Quinta da Montanha							
Revisão Bibliográfica							













